

CLAMOR DA SELVA

No maior protesto contra Bolsonaro e sua agenda de sangue, os povos indígenas denunciam ao mundo a constante violação de seus direitos. Enquanto isso, Lula sinaliza que vai rever toda a pauta anti-indígena do governo

focus
BRASIL

Fundação Perseu Abramo 18 de Abril de 2022 Nº 54

As denúncias de corrupção no governo se multiplicam

Escândalo: FFAA compram viagra e próteses penianas

Como o PT salvou economia? Com redistribuição de renda

Documentário joga luz sobre o famigerado Cabo Anselmo



focus
BRASIL

Uma publicação da Fundação Perseu Abramo

Diretor de Comunicação: Alberto Cantalice

Coordenador de Comunicação: David Silva Jr.

Produção: Oficina da Notícia

Editor-Chefe: Olímpio Cruz Neto

Colaboradores: Artur Araújo, Bia Abramo, Danilo

Molina, Isaías Dalle, Nathalie Nascimento,

Pedro Camarão e Ricardo Stuckert



FUNDAÇÃO
Perseu Abramo
Partido dos Trabalhadores

DIRETORIA EXECUTIVA

Presidente: Aloizio Mercadante

Vice-presidenta: Vivian Farias

Diretoras: Elen Coutinho e Jéssica Italoema

Diretores: Alberto Cantalice, Artur Henrique da Silva

Santos, Carlos Henrique Árabe, Jorge Bittar,

Geraldo Magela e Valter Pomar

CONSELHO CURADOR

Presidenta de honra: Dilma Rousseff

Presidente: Fernando Haddad

Conselheiros: Ana Maria de Carvalho Ademar, Arthur

Chioro dos Reis Fontenele, Arlete Sampaio, Azilton Viana,

Camila Vieira dos Santos, Celso Amorim, Dilson Peixoto,

Eleonora Menicucci, Eliane Aquino, Elisa Guaraná de

Castro, Esther Bemerguy de Albuquerque, Everaldo de

Oliveira Andrade, Fernando Pimentel, Fernando Ferro,

Francisco José Pinheiro, Iole Ilíada, José Roberto Paludo,

Lais Abramo, Luiza Borges Dulci, Maria Isolda Dantas de

Moura, Nabil Bonduki, Nilma Lino Gomes,

Paulo Gabriel Soledade Nacif, Penildon Silva Filho,

Sandra Maria Sales Fagundes, Sérgio Nobre,

Teresa Helena Gabrielli Barreto e Vladimir de Paula Brito

SETORIAIS

Coordenadores: Elisângela Araújo (Agrário),

Henrique Donin de Freitas Santos (Ciência e Tecnologia

e Tecnologia da Informação), Martvs Antonio Alves

das Chagas (Combate ao Racismo), Juscelino França

Lopo (Comunitário), Márcio Tavares dos Santos Chapas

(Cultura), Adriano Diogo (Direitos Humanos), Tatiane

Valente (Economia Solidária), Maria Teresa Leitão de Melo

(Educação), Alex Sandro Gomes (Esporte e Lazer), Janaína

Barbosa de Oliveira (LGBT), Anne Moura (Mulheres),

Nádia Garcia (Juventude) Nilto Ignacio Tatto (Meio

Ambiente e Desenvolvimento), Rubens Linhares

Mendonça Lopes Chapas (Pessoas com Deficiência),

Eliane Aparecida da Cruz (Saúde) e

Paulo Aparecido Silva Cayres (Sindical)

CONTATOS

webmaster@fpabramo.org.br

Endereço: Rua Francisco Cruz, 234 Vila Mariana

São Paulo (SP) - CEP 04117-091

Telefone: (11) 5571-4299 Fax: (11) 5573-3338

NESTA EDIÇÃO

POVOS INDÍGENAS LUTAM POR UM NOVO BRASIL. COM LULA, CLARO

Ricardo Stuckert

Ex-presidente visita o Acampamento Terra Livre, em Brasília e sinaliza que vai revogar os retrocessos promovidos por Bolsonaro, assegurando autonomia e um ministério para os povos indígenas

Página 8



EDITORIAL. É Lula quem recebe os mais amplos apoios da sociedade

Página 4

CLAMOR. Povos indígenas fazem protesto massivo contra o governo Bolsonaro

Página 6

FLORESTA. Índios Xavante querem salvar cada semente das matas nativas

Página 9

ARTIGO. Ex-presidente da Funai denuncia o desmonte da política indígena

Página 10

MEIO AMBIENTE. Inpe mostra que desmatamento é recorde na Amazônia

Página 12

ORÇAMENTO. Governo vem cortando recursos para fiscalização ambiental

Página 13

CORRUPÇÃO. Novas denúncias de esquema desmoralizam o governo

Página 14

MILITARES. Compra suspeita de Viagra será investigada pelo TCU

Página 18

OPINIÃO. Líder do PT denuncia mentiras e retrocesso de Bolsonaro

Página 19

TRABALHO. Lula diz a sindicalistas que emprego será obsessão do governo

Página 20

VICE. Direção nacional do PT aprova indicação de Alckmin como vice de Lula

Página 21

ELEIÇÕES. Bolsonaro tem rejeição muito alta e Lula se mantém à frente da corrida

Página 22

BAHIA. O candidato do PT ao governo do estado é Jerônimo Rodrigues

Página 24

LAVA JATO. Cai por terra mais uma acusação contra Lula, Dilma e Mercadante

Página 25

ECONOMIA. Como o PT salvou o Brasil? Redistribuindo renda

Página 26

MEMÓRIA. Lula é preso pela ditadura em 1980 e Dilma é vítima da Câmara

Páginas 30 e 31

TELEVISÃO. Série conta a história do agente duplo da ditadura: Cabo Anselmo

Página 32

CULTURA. PT quer reverter veto à Lei Paulo Gustavo de incentivo à cultura

Página 34



A EMERGÊNCIA POPULAR COM LULA

Aloizio Mercadante

Lula é o único candidato cuja campanha dialoga, se articula e é construída na relação direta e interativa com os movimentos e entidades do mundo do trabalho e do campo popular.

Estamos ainda uma etapa de montagem das alianças políticas e partidárias, que exige tempo para as articulações e busca de convergências políticas. No entanto, o presidente Lula participou de um grande evento com a comunidade universitária na UERJ, Rio de Janeiro. Um ato com muita emo-

ção com o ele sendo apoiado por importantes líderes internacionais.

Na última semana, Lula esteve no Acampamento Terra Livre dos povos indígenas e em uma plenária com todas as centrais sindicais do país. Paralelamente, no campo das articulações políticas, a federação partidária entre PT, PC do B e PV foi aprovada, bem como a aliança política com o PSB, que indicou Geraldo Alckmin como candidato a vice-presidente da chapa.

O esvaziamento da chamada terceira via está revelando que importantes setores do centro político democrático já estão enga-

jados no apoio a Lula, ainda com alguma chance de novas alianças partidárias.

O Acampamento Terra Livre, após dois anos de pandemia, reuniu mais de 7,5 mil representantes de 200 povos indígenas que voltaram a ocupar as ruas de Brasília, com o maior número de participantes do encontro nos 18 anos de movimento. Tal expressão maior dos povos originários colocou na pauta a luta contra os retrocessos do desgoverno Bolsonaro, que vem enfraquecendo os órgãos e as políticas de defesa ao meio ambiente e proteção aos povos indígenas.

Os povos indígenas também se posicionaram contra as milícias rurais, o garimpo, a extração ilegal de madeira ilegais e o agronegócio predatório e ultrapassado de exploração unilateral e desmedida dos recursos naturais, que muitas vezes invadem ilegalmente os territórios indígenas já demarcados.

As reivindicações do acampamento envolvem ainda a retomada dos processos de demarcação das terras indígenas, bem como a rejeição do Projeto de Lei 191/2020, que libera a mineração e outros empreendimentos em terras indígenas, e a preservação dos direitos dos povos isolados e da identidade e da cultura indígenas. O governo Bolsonaro é o primeiro, desde a redemocratização do Brasil, a não demarcar nenhuma terra indígena. E não só estimula, mas é aliado explícito das atividades ilegais e predatórias em terras indígenas.

Para piorar o cenário, na última semana vieram à tona denúncias de violações dos direitos do povo Yanomami, como violência, opressão, abusos sexuais e tomada de terra, por parte de garimpeiros ilegais em Roraima. Relatório da Hutukara Associação Yanomami apontou que o garimpo naquela terra indígena cresceu 46% em 2021, depois de já ter aumentado 30% no ano anterior. Há relatos da criação de vilas internas de garimpeiros ilegais dentro da maior área indígena do país.

É fundamental preservar os direitos dos povos indígenas, mas é importante ressaltar também que os territórios são fundamentais para a proteção de nossos biomas e nossa biodiversidade, em especial na Amazônia. Um levantamento da MapBiomas mostra que, entre 1985 e 2020, as áreas mais preservadas do Brasil foram as terras indígenas. Nesses territórios, o desmatamento foi de apenas 1,6%, no período de 35 anos.

No acampamento, Lula foi

ovacionado, ouviu intervenções poderosas, com depoimentos dramáticos sobre os ataques e a resistência dos indígenas e abraçou as demandas dos povos originários. Ele recebeu apoio aberto e entusiasmado para sua nova candidatura presidencial e uma carta aberta com demandas dos povos indígenas.

O ex-presidente defendeu a autonomia indígena sobre suas terras, assumiu o compromisso de que todas as iniciativas em territórios indígenas passariam pela consulta e anuência prévia das

COMO NA ÉPOCA DA DITADURA, OS DEMOCRATAS SE UNEM PARA LUTAR CONTRA O ATRASO E O RETROCESSO. É ESTE O ESPÍRITO DA ALIANÇA DE LULA E ALCKMIN

comunidades e anunciou a criação de um ministério para tratar dos interesses indígenas. Além disso, propôs a criação do "Dia do Revogação" para pôr fim a decretos e agressões patrocinadas pelo governo Bolsonaro, completamente insensível às demandas dos povos originários.

Nos governos do PT, foram homologados 22 milhões de hectares em 108 terras indígenas. E instaladas mesas de nego-

ciação entre indígenas e agricultores para reduzir conflitos. A luz elétrica chegou a 30 mil famílias indígenas, além de 342 médicos para 34 distritos de saúde indígena. Outras importantes conquistas foram a entrega de 3 mil escolas indígenas, a escolarização bilingue, a lei de cotas e os mais de 16 mil bolsas universitárias a estudantes indígenas.

É esse Brasil civilizado, acolhedor, solidário e soberano que Lula representa. Por isso, a fala de Lula no acampamento foi destaque nas principais agências de notícias do mundo, enquanto importantes entidades da sociedade civil se uniram para denunciar à OCDE retrocessos climáticos e ambientais, no combate à corrupção e na ameaça à democracia do desgoverno Bolsonaro.

Na mesma semana, Lula participou de um evento com todas as centrais sindicais, que realizaram a Conferência da Classe Trabalhadora, a Conclat, unificando a pauta legislativa e judiciária do movimento sindical e definindo as prioridades para as lutas dos trabalhadores. Também ovacionado, Lula propôs uma ampla negociação tripartite para uma nova legislação trabalhista, que resgate os direitos dos trabalhadores, permita o fortalecimento dos sindicatos e estabeleça um novo padrão de negociação coletiva. Além disso, defendeu uma reforma tributária justa e solidária, com a taxa progressiva da renda.

Agora, sustentado por uma frente ampla e democrática e por um projeto inovador e portador de futuro, Lula recolocará nosso país no caminho do desenvolvimento sustentável, da estabilidade e da justiça social. Essa liderança, que não é só do PT ou de um determinado segmento da nossa sociedade, mas de todo o povo brasileiro, é a esperança que reconstruirá e fará de novo do Brasil um país de todos e de todas.



Greenpeace/Reprodução

DENÚNCIA Manifestantes indígenas cobrem de lama e tinta vermelha a entrada do Ministério das Minas e Energia

A DESTRUIÇÃO AVANÇA

Em protesto contra a política anti-indígena do governo, Brasília assiste à nova rodada de manifestações organizadas pelos povos originários. Eles denunciam Bolsonaro por permitir a mineração em terras indígenas e apoiar a morte e a depredação no coração da Amazônia. Dois índios Yanomami foram assassinados em Roraima

O tradicional Acampamento Terra Livre, organizado pelos povos indígenas brasileiros, pintou Brasília de sangue e lama para denunciar a política de extermínio patrocinada pelo governo Jair Bolsonaro. Mais de 7,5 mil homens e mulheres indígenas tomaram a capital brasileira para alertar para os seguidos crimes cometidos e acobertados pelo governo brasileiro.

Uma longa marcha de índios, pintados para a guerra e carre-

gando um imenso globo azul, marcharam pela Esplanada dos Ministérios na segunda-feira, 11 para protestar contra o Projeto de Lei 191/2020, que autoriza a mineração e garimpo em territórios tradicionais. A proposta pode ser colocada em votação na Câmara dos Deputados a qualquer instante e por isso é motivo de grande preocupação para líderes dos povos indígenas.

Carregando barras fictícias de ouro e com o corpo pintado com lama amarelada, eles lembraram a

invasão promovida por garimpeiros nas terras tradicionais. “É pra simbolizar que está todo mundo cansado e com lama até o pescoço”, criticou Sônia Guajajara, da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib). “Ninguém aguenta mais”, afirmou.

Na terça-feira, 13, há mais de 5 mil quilômetros da Esplanada dos Ministérios, dois Yanomami morreram em um conflito estimulado por garimpeiros, motivados pela mineração ilegal de ouro na floresta amazônica. Outras cinco

pessoas da comunidade indígena foram feridas, segundo o presidente do conselho local de saúde, Júnior Hekukari. A notícia se espalhou pelo mundo graças às agências internacionais de notícias, como Reuters, France Presse e Associated Press.

Relatório publicado pela Hukukara Associação Yanomami, intitulado “Yanomami sob Ataque” constatou um aumento de 46% na mineração selvagem no ano passado em rios da reserva onde vivem cerca de 29 mil índios Yanomami. Trata-se do pior momento de invasão da área Yanomami desde que a terra foi demarcada e homologada pelo governo federal, há 30 anos.

“À medida que os núcleos garimpeiros ilegais se proliferam e crescem nas diferentes regiões da terra indígena, as comunidades vizinhas sentem a perda do ‘controle’ sobre o seu espaço de vida”, alerta o relatório.

E adverte: “Um dos efeitos diretos mais dramáticos observados com o continuado avanço da exploração da Terra Indígena Yanomami pelo garimpo é o aumento das ameaças – em frequência e grau – à segurança das diferentes comunidades e lideranças que se opõem publicamente à atividade na terra indígena”.

Na segunda-feira, um vídeo distribuído pela Associação Yanomami Hekurari à imprensa internacional e brasileira alertou que garimpeiros estavam armando membros da comunidade indígena Tirei, incitando-os a ata-

UM DOS EFEITOS MAIS DRAMÁTICOS DO AVANÇO DO GARIMPO EM RORAIMA É O AUMENTO DAS AMEAÇAS ÀS COMUNIDADES INDÍGENAS

DEGRADAÇÃO COMPLETA Foto do garimpo ilegal no rio Uraricoera, localizado dentro da Terra Indígena Yanomami, tirada em janeiro de 2022

car membros de outra aldeia, Pixanehabi, por conta da oposição à mineração no área protegida. A atividade mineradora em terras indígenas é ilegal.

Os índios que protestam em Brasília no Abril Indígena defendem a demarcação de territórios e protestam contra a chamada “agenda anti-indígena”, composta pelo julgamento do Marco

Temporal no Supremo Tribunal Federal (STF) e por projetos de lei que liberam a exploração de terras, o licenciamento ambiental e o uso de agrotóxicos nas áreas tradicionais dos povos indígenas.

Segundo a Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib), mais de 7,5 mil indígenas de 172 povos participam do Acampamento Terra Livre. O encontro é considerado o maior do país e ocorre no mes-

mo período em que o Congresso deve votar textos como o PL 191/2020. No começo de março, a Câmara aprovou a urgência para votação do projeto.

O povo Yanomami vive em uma região de floresta tropical que atravessa a fronteira entre Brasil e Venezuela. O confronto que matou dois e feriu cinco indígenas eclodiu no lado brasileiro, no estado de Roraima. Os Yanomami enfrentam uma pressão crescente de garimpeiros ilegais, o que levou a um aumento na violência e na disseminação de doenças.

Procuradores da República reiteraram os pedidos aos tribunais federais no mês passado exigindo que o governo Bolsonaro intensifique as operações para proteger os Yanomami dos efeitos da mineração ilegal em seu território.

O parque Yanomami é a maior reserva indígena do Brasil, equivalente ao tamanho de Portugal, e foi criada há 30 anos, durante o governo Collor, para proteger os povos Yanomami de garimpeiros ilegais. Os índios denunciam o apoio tácito do presidente Jair Bolsonaro ao garimpo desencadeou uma nova corrida pelo ouro no estado. A situação é dramática. •





REENCONTRO O ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, durante visita ao Acampamento Terra Livre, em Brasília

LULA PROMETE UM 'REVOGAÇÃO'

Em visita ao Acampamento Terra Livre, o líder democrata diz que, se eleito em outubro, vai reverter medidas adotadas por Bolsonaro que trouxeram atraso na política indigenista e ambiental

As imagens rodaram o mundo ao longo da última semana. A visita do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva ao Acampamento Terra Livre, em Brasília, no último dia 12, acenderam a chama da esperança por dias melhores para o Brasil a partir de 2023. Lula prometeu aos povos indígenas que interromperá a mineração ilegal em suas reservas e reconhecerá as reivindicações para a demarcação de terras, caso vença eleição presidencial que acontece em outubro.

"Tudo o que este governo de-

cretou contra os povos indígenas deve ser revogado imediatamente", disse. Representantes de mais de 200 grupos indígenas do país estiveram reunidos em Brasília para protestar contra a política anti-indígena adotada pelo do presidente Jair Bolsonaro, que permite a invasão de terras indígenas para a exploração do agronegócio, mineração e até de petróleo em suas terras.

"Ninguém fez mais pelos indígenas do que nossos governos do Partido dos Trabalhadores, e agora tudo foi desmantelado por este

governo sem escrúpulos", criticou Lula. Ele foi ovacionado pelos milhares de indígenas que participaram do ato em que o ex-presidente se comprometeu a fazer um 'revogação' para restituir uma agenda que assegure a autonomia dos povos indígenas e ir além da política indígena estabelecida no marco da Constituição de 1988.

"Vocês são povos inteligentes que cuidavam desse país antes da gente chegar aqui", lembrou. "E, agora, vocês me deram uma ideia. Ora, se a gente criou o Ministério da Igualdade Racial, se a gente

criou o dos Direitos Humanos, se a gente criou o Ministério da Pesca, por que que a gente não pode criar um ministério para discutir as questões indígenas?”, disse.

Lula defendeu que um representante dos povos indígenas assumira o novo ministério. “Eles vão dizer ‘ah, mas gasta muito, é preciso diminuir os ministérios’. Na verdade, o que eles não querem é que a sociedade esteja participando ativamente”, declarou.

No palco com a presença de grandes representantes dos povos indígenas, como Sônia Guajajara e Célia Xakriabá, Lula defendeu a criação do “Dia do Revogaço”, para pôr fim a decretos criados por governos insensíveis às demandas dos povos originários. “A gente não pode permitir que aquilo que foi conquista da luta de vocês, aquilo que foi conquista do sacrifício de vocês, seja tirado por decreto para dar direito àqueles que acham que tem que acabar com a floresta e com a nossa fauna”, criticou.

Lula recebeu apoio a uma nova candidatura e uma carta aberta com demandas de representantes indígenas. Eles pediram compromisso do eventual novo governo do PT com a demarcação e proteção das terras. Na carta, lida por Célia Xacriabá e Kleber Karipuna, os índios pedem que o processo de destruição em curso seja interrompido, que os povos isolados sejam respeitados e que as perdas de direito sejam revistas.

“Estamos aqui porque entendemos a urgência e a emergência que o Brasil e nossos povos vivem. Nossas aldeias, terras e plantações estão sendo invadidas e destruídas com o avanço ilegal da mineração e do garimpo”, disse Xacriabá, acrescentando que casas de rezas em aldeias de todas as regiões do Brasil estão sendo queimadas, crianças violentadas e jovens perseguidos e assassinados.

“Precisamos interromper esse processo de destruição. Nossa luta é pelos nossos povos, mas também pelo Brasil e pela humanidade”, completou, defendendo ainda a construção de outro projeto civilizatório, com democracia, cuidado com o meio ambiente e sem racismo e discriminação. “Não existe democracia sem a demarcação dos territórios indígenas”, disse.

A simples visita do ex-presidente no encontro dos povos indígenas ganhou repercussão internacional por conta dos despachos das agências de notícias. Reuters destacou: “Lula promete a tribos indígenas que reverterá medidas de Bolsonaro”.

E a Associated Press: “Lula critica decretos de Bolsonaro sobre indígenas”. As duas agências lembraram que Bolsonaro está atrás de Lula nas pesquisas eleitorais e que o atual mandatário prometeu em 2018 não reconhecer um único centímetro de terra de reserva indígena, ganhando o apoio do poderoso lobby agrícola do Brasil.

Líderes indígenas pediram a Lula que volte a dar protagonismo e reconstrua a Funai, que teve seu financiamento cortado e funcionários demitidos sob Bolsonaro. “Lula, estamos desprotegidos. Nossos direitos estão sendo pisoteados”, disse a deputada Joenia Wapichana (Rede-RR), única representante indígena do país no Congresso.

Ela denunciou as ocupações ilegais de terras indígenas, que estão sob proteção da lei e do Estado brasileiro, e vêm sendo alvo da cobiça de garimpeiros, que estão invadindo reservas, destruindo florestas e poluindo os rios. A situação crítica enfrentada pelos grupos indígenas levou um número recorde de mais de 30 representantes dos povos originários a concorrer ao Congresso este ano. •

‘WASHINGTON POST’: XAVANTES QUEREM SALVAR A FLORESTA

No final de semana passada, o jornal estadunidense *Washington Post* revelou a história de uma aldeia indígena que trabalha para salvar a floresta, semente por semente. A maioria dos cerca de 20 mil Xavante vive em florestas e campos arborizados conhecidos como cerrado, no estado de Mato Grosso. Embora mais seca e menos densa do que a Bacia Amazônica ao norte, o cerrado tem flora e fauna exóticas vistas em nenhum outro lugar. Biólogos conservacionistas a chamam de savana mais rica biologicamente do mundo, com 5% das espécies de plantas e animais do mundo.

Nas últimas três décadas, Mato Grosso tornou-se foco de desmatamento. Cerca de 12% do cerrado – uma área maior que a Dinamarca – foi desmatado desde 2000. Vastas áreas verdes foram derrubadas e substituídas por plantações industriais de soja, milho e algodão. “A destruição só se acelerou depois que o presidente de direita Jair Bolsonaro assumiu o cargo. As terras indígenas têm sido um alvo particular”, denuncia.

Há sete anos, uma aldeia xavante aderiu a um movimento para ajudar a restaurar a vegetação do cerrado e fortalecer a comunidade vendendo sementes colhidas em suas terras. Os índios fazem frequentes viagens de colheita chamadas dzomorí’s, longas expedições que aprimoraram suas excelentes habilidades de coleta de sementes. “Com as sementes, vamos reflorestar”, explicou o cacique José Serenhomio Sumené Xavante. “É por isso que precisamos de sementes nativas.” •

ABRIL VERMELHO DE URUCU!

Em memória do jurista Dalmo Dallari, defensor e aliado decisivo dos indígenas na Constituinte, denuncio: a aposta deste governo genocida é a destruição do conjunto de políticas públicas voltadas aos povos originários do Brasil



Amanda Perobelli/Reuters

Márcio Meira

O Brasil vivencia um abril vermelho de urucu. Mais de 7 mil mulheres e homens indígenas, de vários povos e de todas as regiões do Brasil, marcaram um novo recorde de presença em Brasília, com a pauta 'Retomando o Brasil: Demarcar Territórios e Aldear a Política'. Para quem passou pela esplanada dos ministérios foi impossível ignorar os corpos pintados de vermelho, em sinal de luta.

O Acampamento Terra Livre de 2022 já é o maior evento de protesto desses povos na história. É estrondoso, portanto, o silêncio da chamada mídia corporativa sobre as manifestações e ameaças do governo Bolsonaro e de seus asseclas aos temas gravíssimos que



os indígenas denunciavam para o mundo. As denúncias conectam os direitos humanos à proteção ambiental como um único e indissociável desafio de impacto local e global, sobretudo os relacionados à emergência climática.

Quase um ano se passou desde a realização do último acampamento, em junho de 2021, até então a maior mobilização indígena já realizada na capital federal do Brasil, com mais de 5 mil participantes. O ato ficou marcado pela imensa dança circular noturna, pontuada de luzes, feita na Praça dos Três Poderes, representando uma das mais contundentes manifestações populares contra o atual governo do Brasil, cuja imagem circula mundo afora.

A pauta central das reivindicações era a garantia dos direitos indígenas no Brasil, ameaçados por

iniciativas como o Projeto de Lei 490/2007, uma iniciativa que propõe modificar o Estatuto do Índio, como é chamada a Lei 6001/73, no que diz respeito aos direitos territoriais.

Hoje se somam àquelas, outras ameaças anunciadas como prioridade do governo federal no Congresso, como o Projeto de Lei 191/2020, que abre as terras indígenas para exploração em grande escala, como mineração, hidrelétricas e outros planos de infraestrutura, a ser votado em regime de urgência por imposição do atual presidente da Câmara, Arthur Lira.

Paira também sobre nossas cabeças o julgamento, no Supremo Tribunal Federal, do chamado "marco temporal", a ser retomado ainda neste semestre, além do pacote que compõe os projetos de lei 6.299/2002, liberando agrotóxicos, 2.633/2020 e 510/2021, favorecendo a grilagem; e 3.729/2004, do licenciamento

ambiental. Todas essas iniciativas atentam diretamente contra os princípios fundamentais da Constituição, sobretudo em relação aos direitos territoriais indígenas.

A atual demonstração de luta e resistência dos indígenas ocorre porque desde 2019, com o início do governo de Jair Bolsonaro, além das iniciativas legislativas evocadas acima, houve um recrudescimento de ações e omissões criminosas, contrárias aos indígenas, empreendidas ou respaldadas pelo governo federal e pelas forças econômicas e políticas anti-indígenas a ele vinculadas, presentes no Congresso e fora dele.

Especialmente os ataques às terras indígenas na Amazônia Legal tem causado um aumento descontrolado do desmatamento nessas importantes áreas protegidas, caracterizando afronta tanto à legislação indigenista quanto à ambiental, e inclusive contra a soberania brasileira e os compromissos internacionais do país.

O aumento do desmatamento na Amazônia chegou a mais de 9 mil km² em 2019, refletindo então uma alta de 100% em cinco anos. E 2021 bateu mais uma vez esse recorde, com um aumento de 100% em relação ao ano anterior.

O primeiro trimestre de 2022 já bateu novamente esse recorde. Os dados são do INPE. Enquanto isso, Ibama, ICMBio e Funai, órgãos responsáveis pela proteção das áreas protegidas, tem sido destruídos, na forma de uma “cupinização”, de dentro para fora, como afirmou acertadamente a ministra Carmen Lúcia, em voto histórico sobre a chamada “pauta verde” no Supremo Tribunal Federal.

Cabe reiterar que a Constituição de 1988 conta com um capítulo próprio, com os artigos 231 e 232, entre outros dispersos pela Carta, que disciplinam de forma rigorosa a matéria indigenista como um direito fundamental. O caput do artigo 231 reconhece aos indí-

genas o direito originário sobre as terras que tradicionalmente ocupam conforme seus usos, costumes e tradições, e determina que a União promova a sua demarcação e proteção dos seus bens.

Quanto ao Estatuto do Índio, de 1973, os dispositivos relativos aos direitos territoriais estão em pleno vigor, sendo regulamentados pelo Decreto 1775/1996, e mais recentemente pelo Decreto 7747/2012, que instituiu o marco legal da Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental das Terras Indígenas, que visa garantir e promover a proteção, a recuperação, a conservação e o uso sustentável dos recursos naturais das Terras Indígenas.

Regulamentando a Constituição de 1988, tais mecanismos jurídicos asseguram a integridade do patrimônio indígena, a melhoria da qualidade de vida e as condições plenas de reprodução física e cultural dos povos indígenas, respeitando sua autonomia e formas de gestão ambiental e territorial.

Apesar dessa legislação, que procura redimir a dívida histórica com os povos originários, nos últimos três anos a situação das comunidades indígenas tem se tornado cada vez mais vulnerável a várias situações de violência: invasão dos territórios tradicionais, exploração ilegal de madeira, garimpagem ilegal, arrendamento ilegal das terras indígenas a setores do agronegócio, pressão de fundamentalistas religiosos, tudo agravado pela pandemia.

A situação de ameaça aos povos indígenas em situação de isolamento voluntário ou recente contato na Amazônia extrapolou todas as variáveis de segurança, definidas pela legislação brasileira, considerada de referência internacional.

Repito aqui o que escrevi em 2021, na edição da *Focus*: a aposta deste governo genocida é a destruição do conjunto de políti-

cas públicas voltadas aos povos indígenas, com ênfase no combate às demarcações de seus territórios tradicionalmente ocupados.

Essa turma de bandidos anco-rada no governo federal desde 2019, é movida pela roubalheira, o ressentimento e um espírito vingativo contra os princípios do pacto democrático assentado pela Constituição de 1988, e por isso apostam em mudanças legislativas que a afrontam. Os indígenas estão entre as vítimas mais vulneráveis dessa verdadeira necropolítica bolsonarista.

É sempre bom lembrar, entretanto, que nem sempre foi assim, na história recente do país. Os governos do Brasil de 1988 até o Golpe de 2016, de diferentes espectros políticos, mantiveram e garantiram, mesmo que às vezes minimamente, o respeito aos direitos ambientais e dos povos indígenas estabelecidos na Carta Magna. Afinal, esses direitos foram fruto de muitas lutas, dos indígenas e da grande maioria da sociedade brasileira durante a Assembleia Constituinte de 1987.

Com uma enorme variedade de povos, línguas, culturas, e também de posições políticas diversificadas dentro de suas organizações, articuladas em torno da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB), o que mais caracteriza os indígenas acampados em Brasília é a sua diversidade.

Porém, se há algo que os unifica é o desejo pelo final iminente do governo Bolsonaro e do pesadelo que ele representa. A cor vermelha do urucu revela, sobretudo, a expectativa desses coletivos de que depois deste pesadelo seus direitos sejam respeitados e suas autonomias e diversidades socio-culturais valorizadas, trazendo paz e esperança para suas vidas e das novas gerações. •

* Antropólogo, foi presidente da Funai nos governos Lula e Dilma.



Reprodução

APOCALIPSE A destruição da maior floresta tropical do mundo cresceu desde que Bolsonaro assumiu o governo

DESMATAMENTO BATE NOVO RECORDE

Sob Bolsonaro, a Amazônia vê um salto de 64% na derrubada da floresta nos primeiros três meses de 2022 em comparação com 2021. Até março foram destruídos mais de 940 km²

O governo Bolsonaro continua a surpreender o mundo, com a voracidade de sua potente política de destruição ambiental. O Instituto Nacional de Pesquisa Espacial (Inpe) revelou que o Brasil estabeleceu um novo recorde de desmatamento na Amazônia nos primeiros três meses de 2022. Os números são surpreendentes e levantam preocupações imediatas de ambientalistas.

De janeiro a março, o desmatamento na Amazônia aumentou 64% em relação ao ano anterior. Nada menos do que 941 km² de mata da floresta tropical foram destruídos. Para efeitos de comparação, a área é maior do que a cidade de Nova York. O número revela a maior perda de cober-

tura florestal no período desde o início da série de dados em 2015.

Diplomatas avaliam que é cada vez mais real a chance de a União Europeia aplicar sanções econômicas rígidas ao Brasil por conta das altas taxas de desmatamento no país. O país hoje é vilão do meio ambiente aos olhos da comunidade internacional. A UE avalia um projeto de lei que estabelece que somente terão acesso ao mercado europeu produtos produzidos em áreas no qual não houve desmatamento. Estão em jogo produtos que correspondem a mais de US\$ 10 bilhões das exportações do Brasil, incluindo soja, cacau, café e carne bovina e o óleo de palma.

A destruição da maior floresta tropical do mundo tem au-

mentado desde que Jair Bolsonaro assumiu a Presidência da República em 2019. Sob a sua administração, órgãos de controle ambiental e de proteção aos povos indígenas – Ibama, ICMBio e Funai – têm sido enfraquecidos. O argumento do governo é sombrio: as políticas de proteção ambiental estariam impedindo o desenvolvimento econômico da Amazônia. Uma mentira.

A mídia internacional alerta que a situação é crítica. Os dados são especialmente preocupantes porque o Brasil está no meio de sua estação chuvosa na Região Norte – uma época em que os madeireiros normalmente não cortam árvores e os agricultores não as queimam para limpar a terra. Deveria, portanto, haver

menos atividade na região e menos desmatamento.

O Palácio do Planalto e o Ministério do Meio Ambiente não comentaram os novos dados revelados pelo Inpe e que ganharam repercussão internacional por conta dos despachos de agências internacionais de notícias. Segundo especialistas, a destruição da floresta tropical tem sido impulsionada pela agricultura e especulação de terras no Brasil, o maior exportador mundial de carne bovina e soja. O país abriga cerca de 60% da floresta amazônica.

Um relatório do painel climático das Nações Unidas, divulgado no início de abril, alertou que os governos não estão fazendo o suficiente para conter as emissões de gases de efeito estufa para evitar os piores efeitos do aquecimento global. O desmatamento é responsável por cerca de 10% das emissões globais.

“O Brasil é um exemplo do que

o relatório climático da ONU está dizendo quando se refere a governos que não tomam as ações necessárias”, disse Cristiane Mazzetti, ativista florestal do Greenpeace no Brasil. “Temos um governo que vai deliberadamente contra as medidas necessárias para limitar as mudanças climáticas”.

O novo recorde de alertas de desmatamento na Amazônia Legal mostra um processo contínuo de degradação e da omissão do Estado brasileiro. Sob Bolsonaro, as políticas públicas para a área ambiental foram desmontadas de maneira deliberada e criminoso.

Segundo especialistas, três fatores favorecem o desmatamento: 1) alteração do sistema normativo que retirou a incidência das multas para coibir crime ambiental; 2) o desmantelamento do sistema de fiscalização do Ibama e; 3) a paralisia do Conselho Nacional da Amazônia Legal, constituído hoje por representantes dos

ministérios, sem envolver estados e municípios.

Nos últimos três anos, sob a administração do líder extremista de direita, o desmatamento na Amazônia cresceu 56,6% nos últimos três anos, segundo o Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (Ipam). Em fevereiro de 2022, a Amazônia Legal registrou o maior acumulado de alertas de desmatamento para o mês desde 2016: 198,67 km² - 61,7% mais do que os 122,8 km² registrados em 2021.

No ano passado, ambientalistas ficaram alarmados com a revelação de que o ritmo de devastação na Amazônia já tem impacto direto e com consequências graves para o ecossistema. A floresta já perdeu parte de sua capacidade de absorver o carbono. Agora, o risco é de falência geral. O mundo já chegou ao ponto de não-retorno, com consequências desastrosas. •

DESMONTE DA POLÍTICA AMBIENTAL É VISÍVEL NO ORÇAMENTO

Instituto de Estudos Socioeconômicos mostra queda contínua de recursos para o meio ambiente após o Golpe de 2016

O governo não poupa esforços em destruir a política ambiental. Os efeitos são claros quando se examina o Orçamento da União. A execução orçamentária para o meio ambiente em 2021 foi a menor dos últimos três anos. No ano passado, o orçamento executado para fiscalização foi apenas 40% do previsto inicialmente.

As cifras mostram a estratégia criminosa do governo de desmontar a política de fiscalização. E, apesar dos dados divulgados se restringirem ao governo Bolsonaro, o desmonte é anterior e começou com Michel Temer,

que assumiu o governo em 2016, após a derrubada de Dilma Rousseff da Presidência pelo impeachment sem crime de responsabilidade que o justificasse.

O orçamento executado para órgãos federais, como o próprio Ministério do Meio Ambiente, o Ibama, o ICMBio e o Fundo Nacional de Mudanças Climáticas foi de R\$ 2,49 bilhões em 2021. No ano anterior, foram investidos R\$ 2,99 bilhões e, em 2019, R\$ 3,08 bilhões. O levantamento consta no estudo “A conta do desmonte”, publicado pelo Instituto de Estudos Socioeconômicos, feito com base no sistema de informações sobre orçamento do Senado Federal.

A execução para meio ambiente foi de 78,8% do orçamento em 2021. Uma das áreas mais impactadas foi a de fiscalização.

Dos R\$ 236,26 milhões previstos no orçamento foram gastos R\$ 95,22 milhões, ou 40,3%. O percentual é menor que a média de 2019 e 2020, de 74,8%.

A execução mais baixa é explicada por três fatores principais. O primeiro é o aperto fiscal, com parte importante dos recursos destinados à reserva de contingência. O segundo é o desmonte da política ambiental e a precarização da estrutura de pessoal. E o terceiro é a agenda anti-ambiental do Planalto.

Segundo o estudo do Inesc, no Ibama os recursos foram de R\$ 82 milhões propostos inicialmente no Projeto de Lei Orçamentária, em junho, para R\$ 236 milhões por meio de crédito extraordinário, em julho. Mas somente R\$ 95,2 milhões foram gastos. A estratégia de desmonte é óbvia. •

POLÍTICA

MAIS ESCÂNDALOS DE CORRUPÇÃO NO GOVERNO



Arte: Nathalie Nascimento

Esquemas no FNDE, no MEC, Codevasf... Até um ex-ministro da Educação diz que foi obrigado pelo presidente a entregar autarquia. Centrão faz negócios suspeitos dentro da administração pública. Bolsonaro não consegue explicar o que o filho faz andando com lobistas em gabinete do ex-ministro de Desenvolvimento Regional. E a podridão da roubalheira se espalha pela máquina federal

O governo Jair Bolsonaro afunda em suspeitas de corrupção. No ano passado, havia indícios de fraudes no Ministério da Saúde. Em março, explodiram denúncias de esquemas no Ministério da Educação, que levaram à queda do ministro Milton Ribeiro. Agora, os escândalos se sucedem de maneira frenética, com o noticiário mostrando fraudes evidentes não apenas no Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), mas ainda na Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba.

Bolsonaro costumava dizer que seu governo era o mais honesto da história. Uma evidente mentira. Tem treta para todos os paladares. Além do caso da compra de ônibus superfaturados com recursos do FNDE – suspenso por decisão do Tribunal de Contas da União – há ainda as suspeitas de superfaturamento de kits tecnológicos em Alagoas por apadrinhados do presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL). Ele é um dos líderes do Centrão. E, agora, a suspeita de fraude está escancarada na Codevasf, estatal controlada por outro prócer do PP e líder do Centrão, o ministro da Casa Civil, Ciro Nogueira (PP-PI). Tudo tem cheiro de mutreta.

A *Folha* revelou na última semana o escândalo de corrupção envolvendo a empreiteira maranhense Engafort, apontada como

Pastor Gilmar Santos/Instagram



CONFISSÃO DE CULPA Bolsonaro e pastores Ailton Moura e Gilmar Santos, suspeitos de tretas no FNDE. Encontros no Planalto são mantidos em sigilo

A METÁSTASE DA CORRUPÇÃO NO GOVERNO BOLSONARO

1. Covaxin. Suspeita de superfaturamento
2. Irregularidades em obras da Saúde no Rio
3. Esquema no Ibama envolvendo o então ministro Ricardo Salles
4. O lobby dos pastores no MEC
5. Orçamento secreto
6. Escândalo na Codevasf
7. Ônibus escolares superfaturados

campeã de licitações no governo Bolsonaro. A construtora conseguiu a maioria das concorrências de pavimentação do governo em diferentes licitações nas quais participou sozinha ou na

companhia de uma empresa de fachada registrada em nome do irmão de seus sócios. Com sede em Imperatriz, a construtora “explodiu em verbas na atual gestão e sob Bolsonaro fuge de sua tradição ao obter também contratos para asfaltamento longe de sua base” – segundo o relato sucinto da *Folha*.

O esquema é milionário.

Segundo revelou o jornal, até agora o governo reservou R\$ 620 milhões do Orçamento da União para pagamentos à empresa. O valor já quitado soma R\$ 84,6 milhões. A fonte inesgotável de recursos da Engafort são os contratos com a Codevasf, estatal entregue por Bolsonaro ao Centrão em troca de apoio político. Em 2021, a empresa liderou os repasses da estatal. E foi a segunda construtora em volumes totais empenhados pelo governo federal, atrás da apenas da LCM Construção, que acumulou R\$ 843 milhões em verbas reservadas.

A Engafort foi a única empreiteira que participou de todas as licitações no Distrito Federal e nos 15 estados que são atendidos pela Codevasf. A empreiteira ganhou 53 concorrências, ou mais da metade dos pregões. O desempenho mais expressivo foi em Minas Gerais, tendo conquistado 28 de 42 licitações. Mas este não é apenas o único esquema.

Também na semana que passou, o *Estadão* revelou que, com



Cristiano Mantz/Agência Globo

PORTEIRA FECHADA Líder do Centrão, **Ciro Nogueira** ganhou amplo acesso a órgãos do governo num acerto feito com o próprio **Jair Bolsonaro**

o aval do FNDE, controlado pelo Centrão, deputados 'vendem' a ideia de que conseguiram recursos para colégios e creches, com promessas de construção de novas unidades sem garantias orçamentárias. O escândalo foi batizado de "escolas fakes".

Falta dinheiro para terminar 3,5 mil escolas em construção pelo país. Mas o MEC autorizou a construção de mais 2 mil escolas sem a garantia de que haverá dinheiro. O esquema tem o dedo podre do ministro **Ciro Nogueira**. A fraude tem a cara do governo **Bolsonaro**, que se esfarela diante dos sucessivos escândalos de desvio de recursos, distribuição de propinas e tráfico de influência.

Quem confessou que o Centrão de **Ciro Nogueira** e **Arthur Lira** agora manda e desmanda no governo é ninguém menos que o ex-ministro da Educação **Abraham Weintraub**. Em entrevista à **CNN Brasil**, ele disse que recebeu uma ordem do presidente, em março de 2020, para que "entregasse" a chefia do FNDE ao Centrão. "Quem vai me dar uma ordem dessas? O meu chefe. Ele falou: 'Você vai ter que entregar o FNDE para o Centrão'. E eu falei: 'Presidente, não faça isso'. Adieei o máximo", declarou.

Weintraub lamentou que o MEC venha enfrentando um escândalo após o outro desde que ele deixou o governo. Quando era ministro, as queixas sobre a atuação da pasta sob o seu comando eram relativos à sua dura conduta e posição ideológica.

Foi ele quem inaugurou a guerra a professores de universidades federais, que dariam guarida a estudantes comunistas e ma-

**WEINTRAUB
CONFESSA QUE
RECEBEU ORDEM
DE BOLSONARO:
'VOCÊ VAI TER QUE
ENTREGAR O FNDE
AO CENTRÃO'. EU
FALEI: 'PRESIDENTE,
NÃO FAÇA ISSO'"**

conheiros. **Weintraub** parece que só não admite que em sua pasta havia corrupção. Ele não menciona o caso do escândalo dos laptops superfaturados no FNDE. Em dezembro de 2019, a Controladoria Geral da União apontou irregularidades em licitação de R\$ 3 bilhões do MEC. Portanto, os escândalos são antigos.

Não foi à toa que, em dezembro de 2020, **Bolsonaro** chegou a ser eleito "Personalidade do Ano" por seu papel na promoção da corrupção e do crime organizado pelo Organized Crime and Corruption Reporting Project, um consórcio internacional que reúne jornalistas investigativos e centros de mídia independente.

A acusação da entidade é clara e direta: "Eleito após o escândalo da Lava Jato como candidato anticorrupção, **Bolsonaro** se cercou de figuras corruptas, usou propaganda para promover sua agenda populista, minou o sistema de justiça e travou uma guerra destrutiva contra a Amazônia que enriqueceu alguns dos piores proprietários de terras do país".

O pior é a falta de transparência. Relatório da Transparência Brasil sobre a Lei de Acesso à Informação (LAI) com base nos dados do governo identificou quase 1.500 pedidos de informação negados pelo Palácio do Planalto sob a injustificada alegação de sigilo com base na Lei Geral de Proteção de Dados.

Um caso sintomático da aposta do governo no sigilo para "esconder" casos de corrupção aconteceu no final de julho de 2019, quando o Palácio do Planalto decretou o sigilo centenário sobre dados relativos aos crachás de acesso às dependências da Presidência da República concedidos para o vereador **Carlos Bolsonaro** (Republicanos-RJ) e o deputado federal **Eduardo Bolsonaro** (PSL-SP), os filhos **ZeroDois** e **ZeroTrês** do presidente.

Na quarta-feira, 13, a Presidência da República voltou a usar do mesmo expediente ao se recusar a divulgar informações referentes às reuniões e visitas ao Planalto realizadas pelos pastores Arilton Moura e Gilmar Santos. Os dois são apontados como pivôs do escândalo do balcão de negócios do Ministério da Educação. Os registros haviam sido pedidos pelo jornal O Globo, através da LAI. Foram solicitados dados referentes às entradas e saídas dos pastores, incluindo as visitas ao gabinete do presidente.

O Gabinete de Segurança Institucional (GSI), sob o comando do General Augusto Heleno, apresentou parecer alegando que não pode fornecer a informação. O GSI cita a legislação, na qual compete ao gabinete a segurança do Palácio do Planalto, do presidente da República e de seus familiares, entre outros. O presidente da Comissão de Educação do Senado, Marcelo Castro (MDB-PI), questiona as motivações do governo em decretar sigilo nos registros das visitas dos pastores.

“A agenda do presidente é pública. Por que esconder? Sinceramente, nos causa espécie. É algo absolutamente inusitado, surpreendente e inesperado. Mais um gato gravíssimo acerca das denúncias de irregularidades no MEC e no FNDE”, critica.

Procurado, na quarta-feira, Bolsonaro também desconversou sobre as atividades do seu filho caçula, Jair Renan, que é alvo de um inquérito da Polícia Federal por envolvimento em um esquema de corrupção, tráfico de influência e lavagem de dinheiro. O presidente alegou que o filho vive com a mãe, está longe dele “há muito tempo” e que não sabe se ZeroQuatro está certo ou errado diante das investigações.

Quarto filho do presidente, Jair Renan vive em uma mansão no Lago Sul, apresenta-se

Adriano Machado/Reuters



MEU GAROTO Jair Renan, o filho ZeroQuatro, está sendo investigado pela PF por acusações de corrupção, lavagem de dinheiro e tráfico de influência

como empresário, mas é alvo de inquérito do Ministério Público Federal desde março do ano passado. Na semana passada, ele prestou depoimento à Polícia Federal. Bolsonaro se queixa de uma alegada perseguição à família e lembrou o fato de a avó da primeira-dama, Michelle, ter sido presa por tráfico de drogas.

“Pega uma ida dele ao ministério, daí tinha um grupo lá de

peças tentando vender, vender é jeito de falar, projeto de novos tipos de carros popular. E daí foi suficiente para falar em tráfico de influência”, disfarça o presidente. O caso em apuração pela PF é por conta da doação de um carro elétrico, avaliado em R\$ 90 mil, por empresas do Espírito Santo a um projeto da empresa de Jair Renan, a Bolsonaro Jr. Eventos e Mídia.

O veículo foi doado pelos grupos WK e Gramazini Granitos e Mármore Thomazini. Representantes da Gramazini conseguiram um encontro com uma autoridade do governo federal: o ministro do Desenvolvimento Regional, Rogério Marinho, em 13 de novembro de 2020. A reunião foi agendada pelo assessor especial da Presidência Joel Fonseca.

E Jair Renan participou do encontro. Só não soube explicar o que fazia no gabinete do ministro ao depor na PF. “Não sei porque fui à reunião”, confessou. Ainda assim, o filho também posa de vítima: “Eu me sinto revoltado com tudo isso que tá acontecendo. Nunca recebi nenhum cargo, nenhum dinheiro, nunca fiz lavagem de dinheiro, e estão tentando me incriminar numa coisa que não fiz”. •

**ZERO QUATRO À
PF: “EU ME SINTO
REVOLTADO COM
TUDO ISSO QUE TÁ
ACONTECENDO.
NUNCA RECEBI
NENHUM CARGO,
NENHUM DINHEIRO,
NUNCA FIZ NADA”**

TCU VAI APURAR COMPRA DE VIAGRA

Forças Armadas adquiriram 35 mil unidades do medicamento usado para disfunção erétil e mais 60 próteses penianas. Há suspeita de superfaturamento. Caso repercute no exterior

O Tribunal de Contas da União (TCU) abriu um processo para apurar a suspeita de superfaturamento na compra de 35 mil unidades de Viagra pelas Forças Armadas. A licitação está no Portal da Transparência do governo federal e ganhou repercussão internacional. O deputado federal Elias Vaz (PSB) pediu explicações ao Ministério da Defesa sobre a aquisição dos comprimidos, usados em casos de disfunção erétil.

Em entrevista ao *Valor*, o vice-presidente Hamilton Mourão defendeu a compra de medicamentos. “O que são 35 mil comprimidos de Viagra para 110 mil velhinhos?”, disse o general. Mourão defendeu as aquisições e argumenta que boa parte da verba utilizada para a compra sai de um fundo alimentado pelos salários dos militares. E fez graça. “Então, tem o velhinho aqui [aponta para si próprio]. Eu não posso usar o meu Viagra, pô?”

O TCU vai apurar “desvio de finalidade em compras de 35.320 comprimidos de citrato de sildenafil, popularmente conhecido como Viagra, e a comprovação de superfaturamento de 143%”. O procedimento tem como relator o ministro Weder de Oliveira. Outra compra suspeita no Exército gerou suspeitas e ameaça desmoralizar o Exército. Isso porque, além do Viagra, foram adquiridas 60 próteses penianas para hospitais militares. O Exército nega e diz que comprou só três.

O caso ganhou repercussão internacional, com a impren-

Ministério da Defesa



TRATAMENTO Ministério da Defesa justificou a compra dos 35 mil comprimidos de Viagra para o tratamento de hipertensão arterial pulmonar

sa estrangeira destacando a compra inusitada do remédio. O espanhol *El País* deu alto de página: “Bolsonaro minimiza compras de Viagra”. Segundo o jornal, o presidente detalha que são cerca de 50 mil comprimidos para as três forças. O argentino *Clarín* também repercutiu: “Bolsonaro minimiza compra de Viagra e próteses penianas pelo Exército”. E no *Página 12*: “Viagra não é diversão, é tratamento”. Para o diário, “presidente justificou compra massiva do medicamento para militares”.

Em nota, o Ministério da Defesa informou que o Viagra é recomendado pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) para o tratamento de hipertensão pulmonar arterial (HAP) e que “os processos de compras das Forças Armadas são transparentes e obedecem aos princípios constitucionais”.

Na licitação, o medicamento aparece com nome genérico. A compra prevê comprimidos de 25 mg e de 50 mg.

Quando o caso veio à tona, as Forças Armadas se posicionaram sobre a compra. A Marinha do Brasil defendeu o uso do Viagra nos casos de hipertensão arterial pulmonar. O Exército informou que a sildenafil é usada em ambiente hospitalar. As unidades de saúde, principalmente aquelas com unidade de terapia intensiva (UTI) e atendem pacientes com Covid, precisam ter atas de Sistema de Registro de Preços (SRP) com o medicamento.

O uso do Viagra para o tratamento da HPA é recomendado, porém não é a única possibilidade. Em abril deste ano, a Sociedade Brasileira de Pneumologia e Tisiologia (SBPT) divulgou uma nota em que aponta equívocos na proposta de tratamento da Conitec. •

GOVERNO DAS MENTIRAS E DOS RETROCESSOS

Em pleno século 21, quando o mundo se conscientiza da importância da preservação ambiental, Bolsonaro age como um bárbaro dos tempos modernos. É o débil déspota dos trópicos a ser derrotado pelo povo nas eleições de outubro

Reginaldo Lopes

O povo brasileiro vive uma tragédia diária com o governo Bolsonaro. O custo de vida sobe dramaticamente, o desemprego campeia, a renda diminui, a Amazônia e outros biomas são destruídos por criminosos que agem livremente, direitos sociais e trabalhistas são suprimidos.

A continuidade desse desastre só se sustenta através do trabalho do seu gabinete do ódio, que é o único que funciona na administração federal. Bolsonaro continua a impulsionar mentiras contra os adversários nas redes sociais, como ocorreu na campanha de 2018, e falsas realizações governamentais, com o objetivo de ofuscar a incompetência, a corrupção e a inoperância governamental. A máquina de fake news garante os retrocessos, mas a realidade pode ser atestada por números, que não sabem mentir.

A contagem mais assustadora é a das mais de 660 mil mortes por covid-19, na combinação macabra entre pandemia e Bolsonaro. Grande parte desses óbitos poderia ser evitada se o Brasil não estivesse nas mãos de um governo



que despreza a vida e a importância das vacinas. E, ainda por cima, estimulou o uso de medicamentos ineficazes, como a cloroquina. Para coroar, ainda há a máquina de corrupção que funciona no Ministério da Saúde, identificada pela CPI do Senado Federal.

Em pleno século 21, quando o mundo se conscientiza da importância da preservação ambiental e está sob ameaça do aquecimento global, Bolsonaro age como uma espécie de bárbaro dos tempos modernos. Estimula a devastação, enfraquece e desmantela os órgãos de fiscalização ambiental, com a revogação de portarias de proteção e redução de pessoal.

Este governo da morte acabou com o Bolsa Família, o mais bem-sucedido programa mundial de combate à fome e à miséria, substituído por um demagógico Auxílio Brasil, que acaba no fim deste ano. Com isso, o país voltou ao vergonhoso Mapa da Fome das Nações Unidas, com mais da metade da população vivendo, hoje, em insegurança alimentar. Um fato inaceitável, já que o Brasil é um dos maiores produtores de alimentos do mundo.

Na educação, o preconceito ideológico e o mercantilismo pre-

valeceram, com o MEC promovendo um ataque permanente à qualidade do ensino público. As universidades estão na penúria e as pesquisas científicas ameaçadas pelo abandono. Recentemente, foi descoberto um grande esquema de corrupção no Ministério da Educação comandado por pastores evangélicos ligados ao governo.

São incontáveis os retrocessos no país, como a dolarização dos preços dos combustíveis que fez os preços de gasolina, diesel e gás de cozinha explodirem. A política econômica não gera empregos e renda e o país tem mais de 27 milhões de desempregados ou subempregados, sem nenhum direito.

As perspectivas para os próximos meses são as piores possíveis. Prevê-se aceleração inflacionária, carestia interminável, redução do poder de compra dos assalariados e aposentados. Tantos retrocessos que chegará a hora em que nem a máquina de fake news vai conseguir ocultar essa realidade. Mas as eleições de outubro chegarão com a resposta do povo ao desgoverno: a vitória de Luiz Inácio Lula da Silva. •

Economista, é deputado federal por Minas Gerais e líder da bancada do PT na Câmara dos Deputados.



LULA DEFENDE NOVO PACTO

Em encontro com sindicalistas, ex-presidente diz que a hora é de unidade para a reconstrução do país depois do desmonte promovido pelo Golpe de 2016 e a ascensão de Jair Bolsonaro

Pedro Camarão

O ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva está preocupado com o futuro do país. Ele esteve reunido na quinta-feira, 14, com dirigentes das centrais sindicais para tratar da reconstrução nacional após a derubada do poder – pelo voto nas urnas em outubro – de Jair Bolsonaro. Acompanhado de Geraldo Alckmin, candidato a vice na chapa, Lula defende uma ampla renegociação para forjar um novo pacto para o Brasil.

“Vamos ter que ter algumas obsessões e o emprego é uma coisa sagrada. Quando a gente tem um

emprego e ganha um salário que dá para levar comida para a nossa casa, que dá para cuidar do nosso filho, que tem seguridade social, carteira assinada, previdência social, parece que a gente está no céu. Agora, quando a gente está desempregado e fica, como eu fiquei, um ano e meio desempregado, e tem irmão e irmã desempregado, a vida vira uma desgraça, um sofrimento”, disse.

O encontro foi considerado histórico pelo ex-presidente – “nunca tivemos uma campanha em que todas as centrais sindicais, com exceção da CSB, juntas para apoiar uma candidatura à Presidência da República”. Lula recebeu das mãos dos dirigentes das centrais en-

tregaram um documento com as propostas da Conferência da Classe Trabalhadora (Conclat), realizada no início do mês. Ele defendeu unidade para um novo momento do Brasil.

O tema central da conversa com sindicalistas foi a reconstrução do país após o desmonte colocado em curso a partir do Golpe de 2016 e que aprofundado por Jair Bolsonaro em ritmo acelerado. Sindicalistas criticaram a política de privatização praticada pelo governo federal, a “pejotização” dos trabalhadores e os ataques ao funcionalismo público.

Em várias intervenções, os líderes sindicais mencionaram o desemprego crescente e a preca-

rização do mercado de trabalho brasileiro. As centrais defendem a reativação do emprego, depois que milhões de vagas de trabalho foram fechadas. A escassez de trabalho e a queda brusca de renda e da qualidade de vida são um contraste triste para um país que viveu quase o pleno emprego no período em que o PT governou o país com Lula e Dilma Rousseff.

Em resposta às intervenções dos sindicalistas, o ex-presidente reafirmou ser possível refazer a democracia, restabelecer um país mais justo, solidário e, mais do que nunca, colocar um fim à miséria. Lula afirmou ainda que, com Geraldo Alckmin, o país vai “reconquistar os direitos do povo trabalhador”.

A reforma trabalhista implementada por Michel Temer, e aprofundada por Bolsonaro, foi alvo de críticas. Apesar de diferentes órgãos de imprensa terem voltado a falar que o PT pretende revogar a reforma, Lula avisou que nada será feito “na marra”. Mas disse que, diante da situação de crescente desigualdade, não é mais possível fechar os olhos diante da crise social que está enterrando o país.

Assim como em seus dois outros mandatos, Lula anunciou que, novamente, vai levar representantes de todas as centrais sindicais a Brasília para negociações com representantes de empresários. Ele chegou a dizer que não há necessidade de que seja ele próprio o coordenador das negociações, mas que Geraldo Alckmin pode fazer a intermediação.

O fundamental é que todos se sentem à mesa e conversem para alcançar o que o ex-presidente apontou como o que deve ser a “obsessão” do seu governo e das centrais sindicais: a geração de empregos. Sobre a revisão da reforma trabalhista, Lula mencionou as conversas com representantes do governo espanhol e as revisões feitas no país europeu pelo governo liderado pelo presidente Pedro Sánchez.

O ex-presidente também manifestou preocupação com a precarização do trabalho, citando os trabalhadores de aplicativos. Ele defendeu que essas novas categorias precisem ser respeitadas, ter direitos e garantias. “Não queremos o que era antes. Queremos o que for melhor. Não queremos voltar a 1943. Queremos um acordo em função da realidade dos trabalhadores em 2023”, concluiu.

Sobre o movimento sindical, asfixiado desde o Golpe de 2016, Lula afirmou não ser necessária a volta do imposto sindical. Ele ainda falou sobre a importância de fazer no Brasil uma reforma tributária, mas disse que qualquer mudança só será possível caso o número de parlamentares progressistas eleitos seja maior do que a metade do Congresso.

Já o ex-governador Geraldo Alckmin celebrou o encontro e disse que a reunião remete à história política do Brasil: “Todas as vezes que o povo esteve em risco, o Brasil se uniu. Venho somar o meu esforço em benefício do país”. •

**“EMPREGO É UMA
COISA SAGRADA.
QUANDO A GENTE
TEM UM EMPREGO E
GANHA UM SALÁRIO
DECENTE QUE DÁ
PARA VIVER PARECE
QUE A GENTE ESTÁ
NO CÉU”**

DIREÇÃO DO PT APROVA CHAPA COM GERALDO ALCKMIN

O diretório nacional do PT aprovou na quarta-feira, 13, a indicação do ex-governador paulista Geraldo Alckmin (PSB) para compor a chapa presidencial como vice de Luiz Inácio Lula da Silva (PT). A pré-candidatura do petista deve ser lançada oficialmente em 7 de maio em São Paulo. No dia 8 de abril, o PSB havia confirmado o nome do ex-governador para concorrer como vice.

A legenda também formalizou a federação partidária com o PCdoB e o PV. Na reunião da direção do partido, foram debatidos pontos do estatuto e uma carta-programa da nova união partidária.

A aprovação do nome do ex-tucano e da coligação com o PSB para a corrida pelo Palácio do Planalto contou com 68 votos favoráveis. Outros 13 integrantes da legenda aprovaram a união com os peesbistas, mas não a chapa.

A indicação será levada para ao encontro nacional do partido, previsto para 4 e 5 de junho. A ampla margem em favor da chapa Lula-Alckmin deve ser reproduzida porque, no encontro, delegações das correntes do PT estarão representados na mesma proporção do diretório nacional.

O texto aprovado indica que é necessária ampliação política para derrotar Bolsonaro. “A coligação nacional com o PSB, que apresentou formalmente o nome do ex-governador Geraldo Alckmin para compor a chapa como candidato a vice-presidente de Lula, é importante passo na direção almejada”. •

REJEIÇÃO A BOLSONARO PERMANECE MUITO ALTA



Pesquisas mostram cenários conflitantes. Enquanto Sensus indica Lula eleito já no primeiro turno, PoderData mostra o extremista de direita apenas cinco pontos atrás do petista. O ex-presidente, que lidera a corrida presidencial, tem 20 pontos de vantagem, segundo três institutos de opinião

Matheus Tancredo Toledo

O governo não tem muito o que comemorar com as últimas pesquisas, realizadas pelo PoderData e IstoÉ/Sensus e divulgadas na última quarta-feira. Nem as duas anteriores, divulgadas na semana passada pela XP/Ipespe e Genial/Quaest, mostram um cenário eleitoral bom para o Palácio do Planalto. A alta rejeição de Jair Bolsonaro é um sinal de dificuldades que o presidente terá na

busca pela reeleição. Os resultados apresentados são muito diferentes uns dos outros, com cenários muito distintos. Enquanto em uma, Lula está pouco à frente do líder da extrema-direita, em outro, está distante e muito à frente.

A pesquisa Sensus traz Lula (PT), com 43,3%, e Bolsonaro com 28,8%. Os dois são seguidos por Ciro Gomes (6,3%), João Doria (2,6%) e André Janones (2%). Com cerca de 1% aparecem Vera Lucia (1,1%) e Simone Tebet (0,8%).

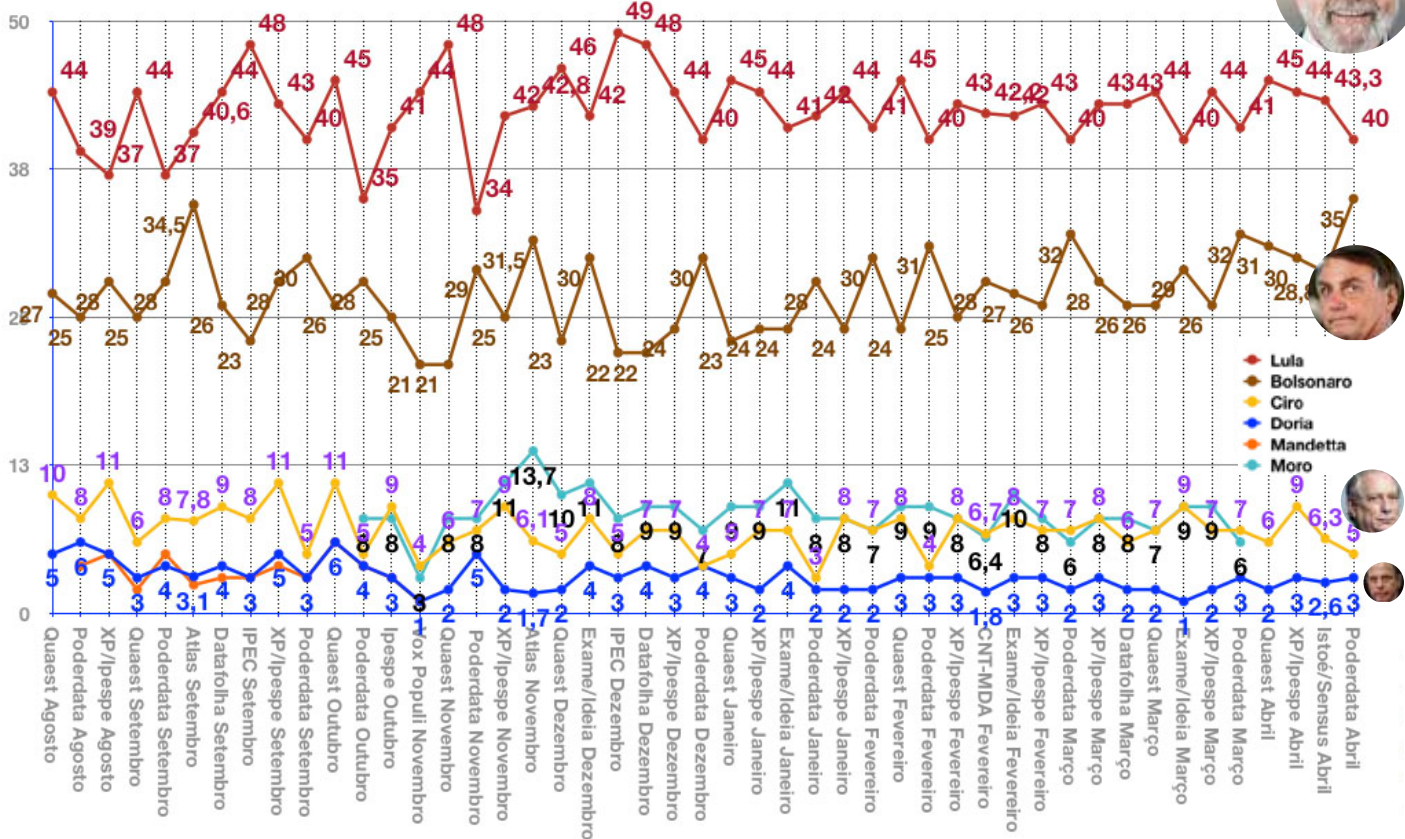
O resultado é muito diferente

daquele apresentado pelo PoderData, que aponta uma subida acentuada das intenções de voto de Bolsonaro, em intensidade até então não detectada por nenhum instituto. Segundo a pesquisa, Bolsonaro teria subido 3 pontos percentuais e alcançado 35% das intenções de voto – uma diferença de apenas 5 pontos para Lula.

Os cenários excluem o ex-juiz Sergio Moro, após seu partido atual negar sua pré-candidatura. Ciro Gomes teria 5% das intenções de voto, enquanto João Doria (PSDB) e o deputado André

Evolução da corrida presidencial

Período: agosto de 2021 a Abril de 2022



Janones (Avante) estão em situação de empate, com 3%.

Na sequência, aparecem a senadora Simone Tebet (MDB), com 2%, e Eymael (DC), com 1%. O pré-candidato Felipe D'ávila (Novo), Leonardo Péricles (UP), Sofia Manzano (PCB) e Vera Lúcia (PSTU) não pontuaram. A soma entre votos brancos, nulos e indecisos é de 11%.

Os institutos demonstraram, no último período, uma recuperação de Bolsonaro dentro de seus eleitores no pleito de 2018, mas não é possível afirmar, no momento, que ocorreu na intensidade detectada pelo PoderData.

Para confirmar possíveis tendências, o Núcleo de Opinião Pública, Pesquisas e Estudos (Noppe), da Fundação Perseu Abramo, acompanha pesquisas de diversos institutos, com metodologias diversas, para verificar convergências e divergências nos levantamentos.

Na simulação de segundo turno entre Lula e Bolsonaro, o PoderData mostra nove pontos separando os candidatos. O petista teria 47% contra 38% do líder da extrema-direita. Segundo os últimos levantamentos da Quaest e Ipespe, a distância estaria em torno dos 20 pontos percentuais: 55% a 34% e 53% a 33%, respectivamente. A IstoÉ/Sensus corrobora com essas duas últimas: Lula com 19 pontos de vantagem, alcançando 53,1% contra 34,1% de Bolsonaro.

As duas pesquisas inéditas também trazem dados de avaliação de governo. De acordo com o Poderdata, a soma dos que consideram o governo como ruim ou péssimo é de 53%, enquanto na Sensus são 44,8%. A soma de ótimo e bom é de 29% na primeira pesquisa, e de 27,1% na segunda.

Os levantamentos trouxeram também dados de rejeição eleito-

ral dos candidatos. Ipespe, Quaest e Sensus são unânimes em apontar que Bolsonaro e Doria são líderes absolutos neste quesito, com a maior porcentagem de eleitores que 'não votariam de jeito nenhum' em ambos.

O atual presidente teria 61%, segundo os dois primeiros institutos, e 53,9% segundo IstoÉ/Sensus. Já o ex-governador de São Paulo teria, respectivamente em cada levantamento, 57%, 63% e 49,4%.

O terceiro em rejeição é Ciro Gomes, com 43% nas pesquisas Ipespe e Sensus, e 58% na Quaest. Lula aparece em quarto lugar segundo os três institutos: 42% (Quaest), 43% (Ipespe) e 37,9% (Sensus). A Poderdata não trouxe, até o momento, dados sobre rejeição eleitoral. •

* Cientista político com mestrado na PUC de São Paulo, é analista do Núcleo de Opinião Pública, Pesquisas e Estudos (NOPPE), da Fundação Perseu Abramo.



QUEM SABE, FAZ Na linha de frente da disputa eleitoral na Bahia em 2022, Jaques, Lula, Jerônimo e Rui Costa

NA BAHIA, JERÔNIMO É O CANDIDATO DO PT E DE LULA

De um lado da disputa pelo governo do estado, um velho representante da oligarquia conservadora: ACM Neto, herdeiro do carlismo. Do outro, um filho do povo, engenheiro agrônomo e professor universitário. Saiba quem é o candidato das forças populares na terra de todos os santos

As eleições de 2022 no estado da Bahia se revestem de uma situação peculiar. De um lado, o representante fiel do espírito da casa grande, o empresário baiano ACM Neto, herdeiro da pior tradição da elite soteropoli-

tana e da oligarquia carlista. Do outro lado está um filho do povo, o engenheiro agrônomo Jerônimo Rodrigues.

Negro, professor licenciado, Jerônimo foi indicado ao governo por unanimidade pelo PT da Bahia e as forças progressistas e populares da terra de Dorival

Caymmi, João Gilberto, Jorge Amado, Glauber Rocha, Gilberto Gil e Caetano Veloso. Parceiro do governador Rui Costa e do senador Jaques Wagner, Jerônimo encabeça o bloco de forças que exitosamente vem governando a Bahia desde 2006.

Nascido em Aiquara, no terri-

tório de identidade do Médio Rio de Contas, Jerônimo tem 57 anos, é engenheiro, gestor público e professor licenciado da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS). Considerado homem de confiança de Rui Costa, ele foi secretário estadual do Desenvolvimento Rural, entre 2015 e 2019, e da Educação, de 2019 a março de 2022. Deixou o governo há um mês para concorrer ao governo do Estado. Ele foi escolhido pelo partido em decisão unânime deliberada em reunião da Executiva Estadual do PT em 11 de março.

Na Secretaria de Educação, ele foi responsável pela criação de diversos programas de assistência estudantil, como o Bolsa Presença, que garante auxílio mensal de pelo menos R\$ 150 para famílias de estudantes da rede estadual de ensino. Jerônimo também deu início ao maior programa de infraestrutura escolar em execução no Brasil, cujo investimento ultrapassa R\$ 3,5 bilhões.

Antes da Secretaria de Educação, ele foi o titular da pasta de Desenvolvimento Rural, cargo que assumiu após coordenar o programa de governo de Rui Costa, nas eleições de 2014. O sucesso no comando da secretaria levou Jerônimo à coordenação geral da campanha que garantiu a reeleição de Rui, em 2018. "Conheci a Bahia trabalhando pelos baianos e baianas. Vou continuar cuidando da nossa gente, levando o trabalho do governo a todas as regiões do estado", diz.

Jerônimo já havia comprovado sua eficiência na gestão pública durante passagem pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário, na gestão da ex-presidente Dilma Rousseff. Ele foi secretário nacional do Desenvolvimento Territorial e secretário-executivo do Programa Pró-Territórios. Na gestão de Jaques Wagner, atuou como assessor especial da Secretaria de Ciên-

cia, Tecnologia e Inovação e da Secretaria do Planejamento do Estado da Bahia.

Filho do agricultor familiar Zeferino Rodrigues e da costureira Maria Cerqueira, o petista tem uma história de vida marcada pelo trabalho e pela superação de dificuldades. Nascido no pequeno distrito de Palmeirinha, teve que deixar os pais ainda na infância para estudar em Jequié, onde morou com as irmãs. Ele e os oito irmãos nasceram em casa, com o auxílio de uma parteira, e tiveram vida muito simples na comunidade localizada nas proximidades do Rio de Contas.

Após concluir o ensino médio em Jequié, Jerônimo precisou mudar de cidade para dar continuidade aos estudos e realizar o sonho de ingressar na universidade. Em Salvador, preparou-se para o vestibular e, após aprovação, migrou para Cruz das Almas para cursar Engenharia Agrônoma na Universidade Federal da Bahia (UFBA). Foi no curso de Agronomia, que Jerônimo conheceu a esposa Tatiana Velloso, com quem teve o único filho, João Gabriel, de 20 anos.

Em Feira de Santana, por meio de concurso público, Jerônimo se tornou professor efetivo da Universidade Estadual de Feira de Santana, onde lecionou nos cursos de Ciências Econômicas, Direito, Administração, Ciências Contábeis e Geografia.

Na pós-graduação, suas atividades estiveram voltadas para disciplinas como Desenvolvimento Rural e Sustentabilidade, Mercado de Capitais e Metodologia do Ensino Científico. "Sempre enfrentei meus desafios com muito trabalho, persistência e coragem", conta. "Foi desta forma que superei as dificuldades que a vida impôs. Junto com Lula, vamos trabalhar para superar o desafio de reconstruir o Brasil e continuar trabalhando por toda a Bahia". •

MPF DESISTE DE DENÚNCIA CONTRA LULA E DILMA

No início da semana passada, o Ministério Público Federal solicitou o arquivamento de mais uma investigação aberta indevidamente contra o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, Dilma Rousseff e o ex-ministro Aloizio Mercadante. Diante da inexistência de indícios ou provas que configurassem um ato ilícito, os procuradores desistiram da ação. Esta é a vigésima quinta vitória judicial de Lula.

A denúncia havia sido oferecida em 2017 pelo então procurador-geral da República, Rodrigo Janot, com base no acordo de colaboração premiada do ex-senador Delcídio do Amaral (PT-MS). O parlamentar cassado alegava que o governo petista teria lhe oferecido apoio político, jurídico e financeiro para que ele não fizesse a delação.

A acusação indevida de obstrução da Justiça foi movida contra Lula, a ex-presidenta e o atual presidente da Fundação Perseu Abramo. A denúncia foi remetida à primeira instância e encerrada após seis anos de investigação. Não havia elementos que sustentassem a acusação, baseada em mais uma farsa da Operação Lava Jato.

O caso começou a tramitar no Supremo Tribunal Federal (STF), mas o relator, ministro Edson Fachin, remeteu os autos à primeira instância, devido à ausência de prerrogativa de foro especial por parte dos acusados. Na ocasião, o ex-presidente Michel Temer já havia assumido o Palácio do Planalto, após o processo de impeachment de Dilma.



COMO O PT SALVOU O BRASIL: REDISTRIBUIÇÃO DA RENDA E REDUÇÃO DA POBREZA

Entre 2003 e 2014, de Lula a Dilma, a taxa de pobreza despencou de 26,7% para 8,4%. Mais de 30 milhões saíram da pobreza: o número de brasileiros nessa condição caiu de 58 milhões para 26 milhões



Eduardo Fagnani *
Gerson Gomes **
Guilherme Mello ***



Neste vigésimo segundo artigo da série organizada para oferecer fatos e números que desconstruem as mentiras circulantes, segundo as quais a política econômica do PT teria “quebrado o Brasil”, abordamos os notáveis avanços na redução da pobreza e na redução da desigualdade de renda do trabalho obtidos pelos governos de Lula e Dilma.

Entre 2002 e 2014 a taxa de pobreza despencou de 26,7% para 8,4% – gráfico 1. Em números absolutos, mais de 30 milhões saíram da pobreza: o número de brasileiros nessa condição caiu de 58 milhões para 26 milhões.

Além do crescimento da economia e da consequente melhoria do mercado de trabalho, a redução da pobreza foi fruto de diversos programas de transferência de renda para os mais pobres, com

destaque para o Bolsa Família. Entre 2003 e 2015, o número de famílias atendidas pelo programa saltou de 3,6 milhões para 13,9 milhões – gráfico 2.

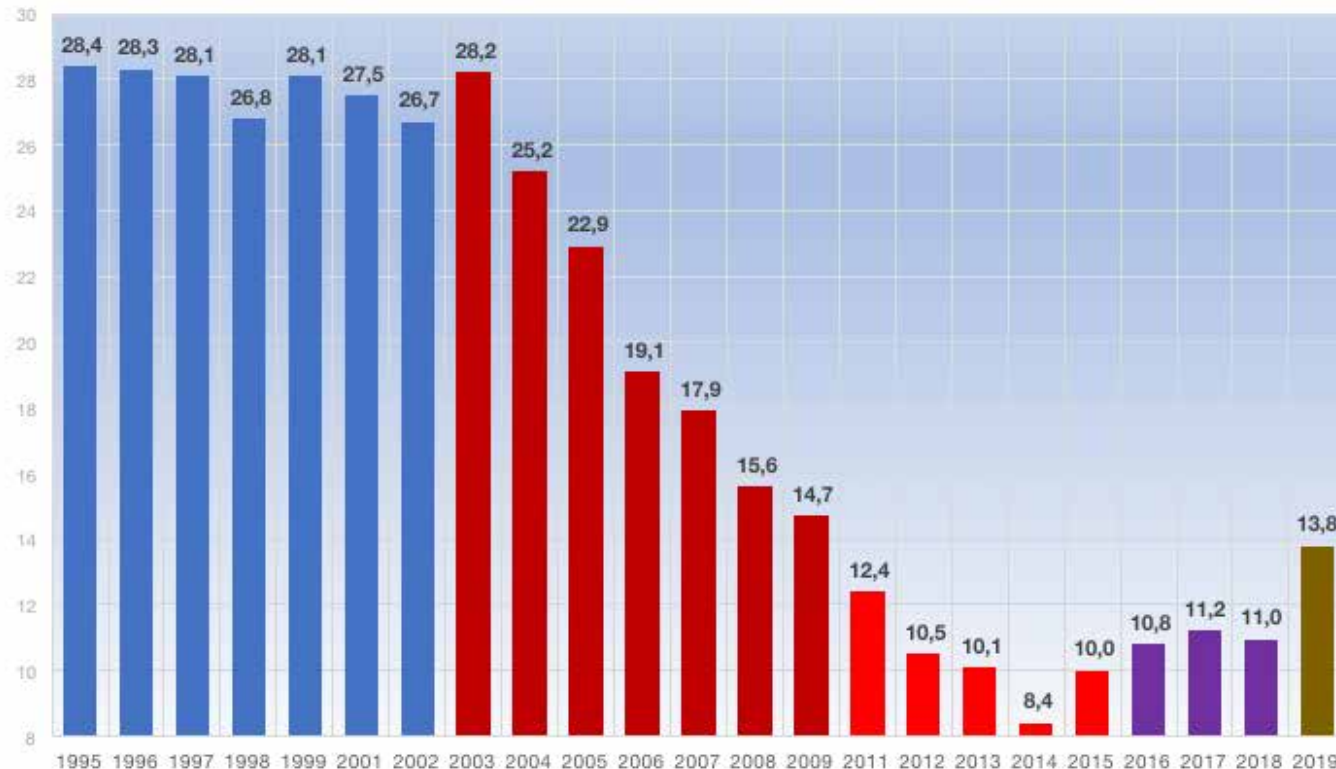
A desigualdade da renda do trabalho medida pelo Índice de Gini retrocedeu aos patamares de 1960. Entre 2002 e 2015, o Índice de Gini caiu de 0,587 para 0,524 – gráfico 3.

O crescimento da renda domiciliar per capita das faixas mais baixas explica a queda da desigualdade medida pelo Índice de Gini. Os ganhos de renda no setor formal também foram transferidos para os trabalhadores nos serviços informais – gráfico 4.

Pela primeira vez na história econômica recente do Brasil foi possível conciliar o crescimento do PIB com a redistribuição da renda, na contramão do sucedido em etapas anteriores,

Taxa de pobreza. Gráfico 1

Em porcentagem da população brasileira. Período entre 1995 e 2019

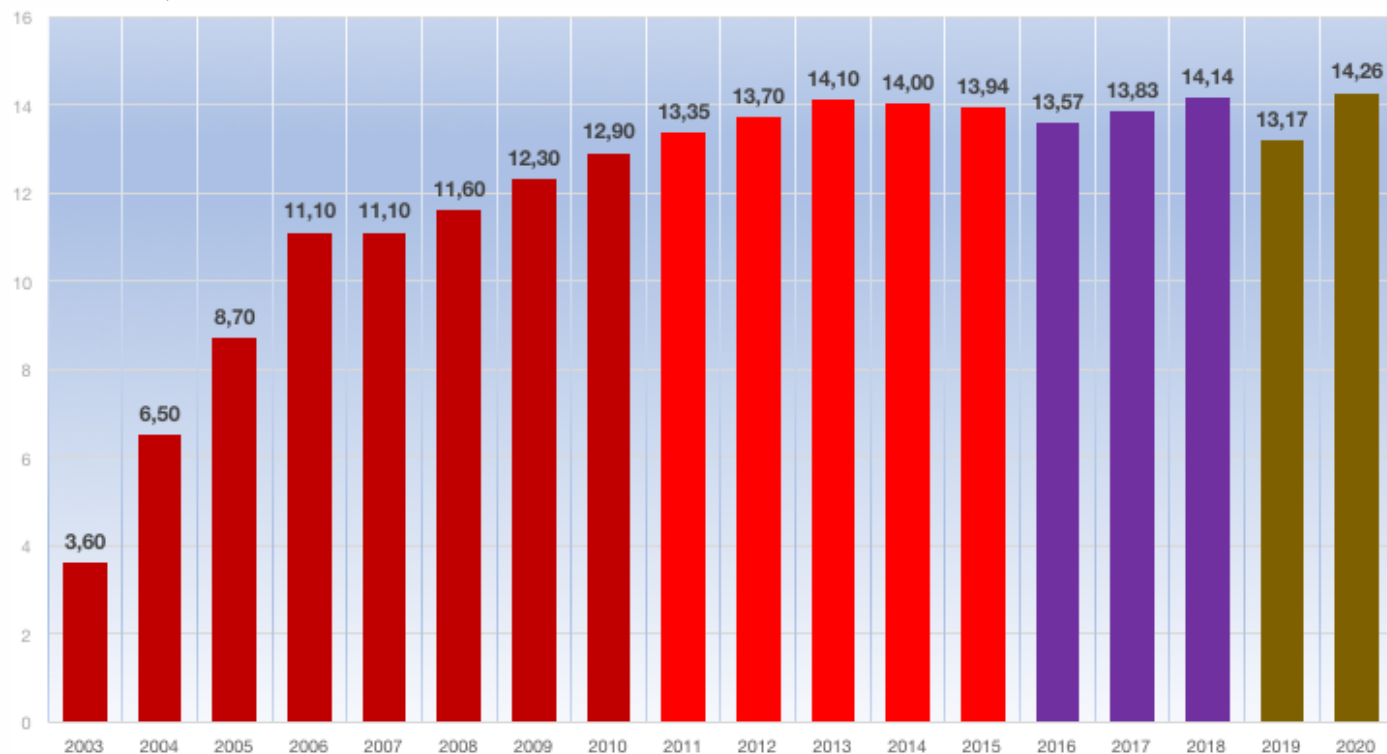


Nota: 2000 e 2010 não foram publicados.

Fonte: FGV Social. Notas para sociedade agosto de 2019. Gerson e SILVA DA CRUZ, Carlos A. Vinte e Cinco Anos de Economia Brasileira. Brasília: Centro de Altos Estudos Brasil Século XXI.

Famílias atendidas pelo Programa Bolsa Família. Gráfico 2

Em milhões, com dados referentes de 2003 a 2020



Fonte: MDS / Portal da Transparência Gerson e SILVA DA CRUZ, Carlos A. Vinte e Cinco Anos de Economia Brasileira. Brasília: Centro de Altos Estudos Brasil Século XXI, maio de 2021.

inclusive durante a ditadura militar e seu “milagre econômico”, quando o crescimento do PIB e o aumento extensivo do emprego a níveis decrescentes de remuneração funcionavam como mecanismos de atenuação dos conflitos sociais e preservação do processo de distribuição regressiva da renda e crescente concentração da riqueza.

Nas análises anteriores, demonstramos a falsidade da narrativa de que o PT quebrou o país, apresentando diversos indicadores que comprovam a melhoria dos fundamentos macroeconômicos durante os governos do PT, obtida a despeito da grave crise financeira internacional ocorrida entre 2008 e 2009 e seus impactos negativos sobre a economia - fato desconsiderado por críticos dos governos petistas.

Também enfatizamos que nos governos petistas foi esboçada uma política de desenvolvimento apoiada na ampliação dos investimentos e na criação de um mercado de consumo de massas formado a partir de po-

líticas de distribuição de renda, de expansão e formalização do emprego e de aumento e democratização do crédito, cuja maior virtude foi a melhora expressiva das condições de vida dos mais pobres. Houve aumento salarial, ampliação do acesso ao crédito, geração de empregos com carteira assinada, valorização real do salário-mínimo e redução do desemprego e da informalidade.

Os governos Lula e Dilma promoveram mobilidade social ascendente via mercado de trabalho, combinando geração de emprego com diminuição da informalidade e aumento da renda laboral, criando condições para a redução das desigualdades da renda e para a maior participação relativa do trabalho na apropriação da riqueza nacional.

Entre 2003 e 2014 foram gerados mais de 20 milhões de empregos com carteira assinada. Essa expressiva geração de empregos formais repercutiu na queda da taxa de informalidade do mercado de trabalho (de 60% para 46,5%, entre 1999 e 2014).

A média anual da taxa de desemprego caiu de 11,2% entre 1998 e 2002, para 4,5% entre 2011 e 2014. O número de desalentados (pessoas que desistiram de procurar emprego), inexpressivo em 2015 (1,6 milhões de trabalhadores) ampliou-se de forma considerável, atingindo mais de 5,7 milhões de trabalhadores em 2020. A taxa de subutilização da mão de obra saltou de 14,9% em 2014, para 32,0% em 2020.

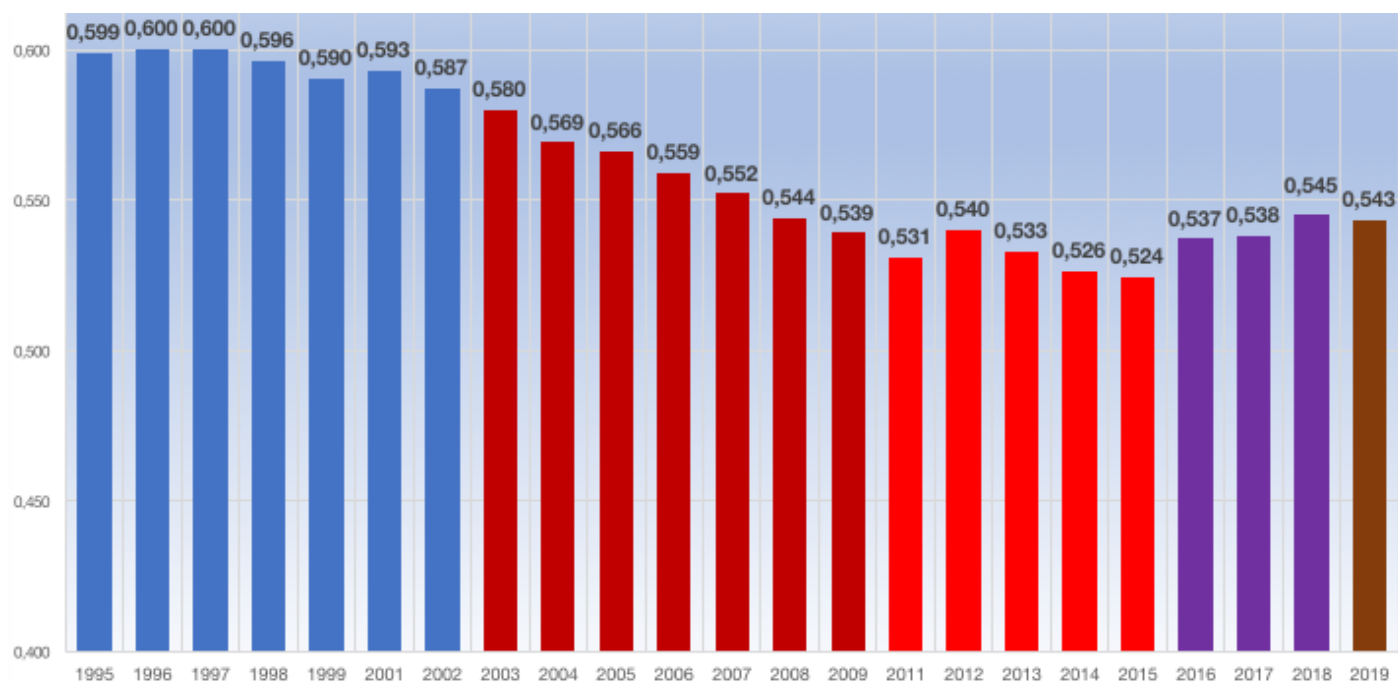
A melhoria do mercado de trabalho veio acompanhada por substantivo aumento do valor real – mais de 74% com o PT. Como consequência, o custo da cesta básica como proporção do salário-mínimo caiu quase pela metade entre 1995 e 2014, tanto em São Paulo, quanto em Fortaleza.

Esses movimentos ampliaram a massa salarial, o que teve reflexos positivos sobre a arrecadação tributária e, especialmente, no financiamento da Previdência e da Seguridade Social.

Assim se vê que, também no caso da queda da desigualdade,

Índice de Gini no Brasil. Gráfico 3

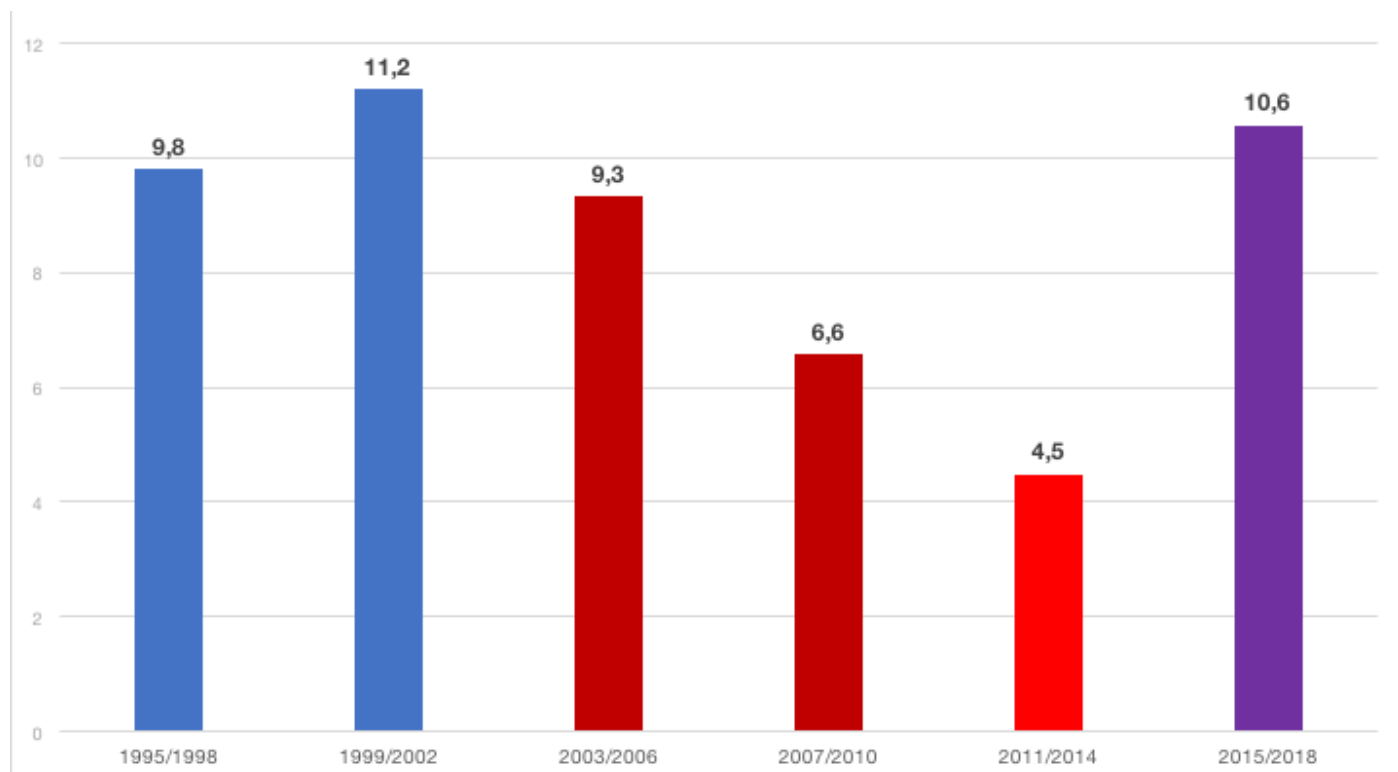
Dados referentes de 1995 a 2019



Fonte: IBGE Gerson e SILVA DA CRUZ, Carlos A. Vinte e Cinco Anos de Economia Brasileira. Brasília: Centro de Altos Estudos Brasil Século XXI, maio de 2021.

Taxa de desemprego aberto no Brasil. Gráfico 4

Em porcentagem, com dados referentes de 1995 a 2020.



Nota - A PME foi encerrada em março/2016. Os dados a partir de 2016 foram extraídos da PNAD Contínua. Fonte: IBGE - Pesquisa Mensal de Emprego (PME) / IPEADATA. Gerson e SILVA DA CRUZ, Carlos A. Vinte e Cinco Anos de Economia Brasileira. Brasília: Centro de Altos Estudos Brasil Século XXI, maio de 2021.

não se sustenta a afirmação de que a "crise", que teria sido gerada pelos governos do PT, teria sido, fundamentalmente, fruto da "irresponsabilidade fiscal", como o arbítrio mais delirante nunca se

causa de repetir. •

* Doutor em Economia pela Unicamp e pesquisador do Centro de Estudos Sindicais e do Trabalho (CESIT), da Universidade de Campinas (Unicamp).
** Membro do Conselho do Centro de

Altos Estudos do Brasil para o Século 21. Foi funcionário de carreira da FAO e da CEPAL e assessor econômico no Senado Federal e na Câmara dos Deputados.
*** Professor do Instituto de Economia da Universidade de Campinas e pesquisador do Centro de Estudos de Conjuntura e Política Econômica (Cecon), da Unicamp.

19 de abril de 1980

LULA É PRESO PELA DITADURA MILITAR

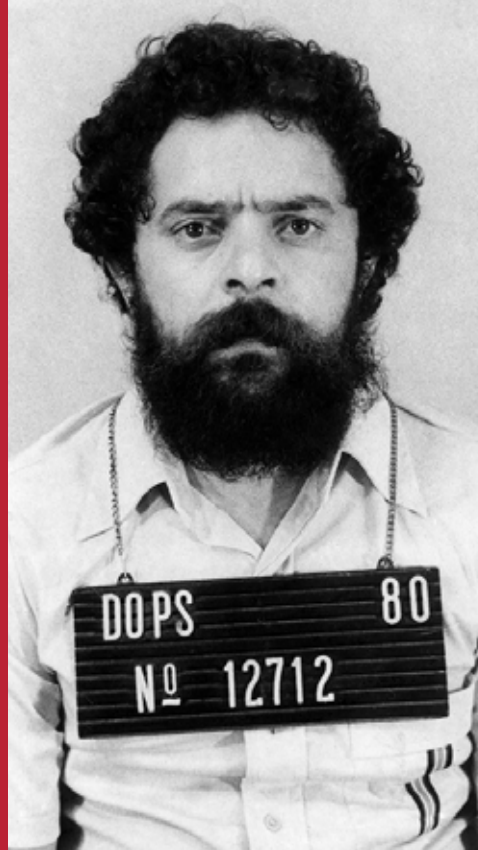
Então presidente do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, Lula é preso pela primeira vez em 19 de abril de 1980. O dirigente sindical foi indiciado na Lei de Segurança Nacional, junto de outros dez colegas. As prisões ocorreram no 19º dia da greve daquele ano – o mais longo enfrentamento entre os trabalhadores e a ditadura desde o Golpe de 1964.

Os mais de 200 mil metalúrgicos mobilizados reivindicavam reajuste salarial e estabilidade no emprego. A prisão dos sindicalistas, porém, mudou o caráter do movimento, que passou a pedir a libertação de Lula e seus companheiros.

A repressão então se acirrou. O estádio de Vila Euclides foi tomado e as assembleias no local, proibidas. Show de Chico Buarque foi impedido de ser realizado, assim como passeatas de apoio aos trabalhadores. Até uma greve de fome foi iniciada pelos líderes sindicais presos para forçar a abertura de negociações, mas os patrões permaneceram irredutíveis.

Só em 20 de maio a prisão foi revogada pelo juiz da Auditoria

DEOPS/Reprodução



Militar. Mais de 1 mil trabalhadores que se destacaram na greve já haviam sido demitidos. Mesmo sem obter ganhos salariais, a greve de 1980 marcou o avanço da organização e da consciência política dos trabalhadores. A repressão ao movimento também expôs os limites do projeto de “abertura” do regime. O enfrentamento com a ditadura e os patrões ainda consolidou entre os trabalhadores do ABC a força emergente do Partido dos Trabalhadores, nascido em janeiro daquele ano.

16 de abril de 1982

STM ANULA A CONDENAÇÃO IMPOSTA A LULA

Em 16 de abril de 1982, por 9 votos a 3, o Superior Tribunal Militar (STM) decidiu pela anulação do processo contra o então sindicalista Luiz Inácio Lula da Silva e outros dez dirigentes sindicais. Eles haviam sido processados pelo governo com base na Lei de Segurança Nacional (LSN) por “incitação à desobediência coletiva das leis” na greve do ABC em 1980.

Após condenação à prisão, réus e advogados não compareceram ao tribunal em protesto contra a arbitrariedade do caso. Dada a ausência da defesa, o julgamento acabou anulado pelo STM. Em novo julgamento, porém, as condenações foram confirmadas. Foi então que os advogados decidiram recorrer ao STM.

Além de defender que a denúncia era inepta, os advogados questionavam o uso da LSN em uma ação decorrente de greve no setor privado, sem componente político ou ameaça à segurança nacional. O STM decidiu remeter o caso à Justiça Federal para ser julgado sob a Lei de Greve.

A ação, entretanto, já estaria prescrita em menos de um mês. Na prática, o resultado do julgamento eliminou o risco de inelegibilidade de Lula – que lançou sua candidatura ao governo do Estado de São Paulo ao final daquele mesmo mês.

Esta seção é fruto da parceria entre o Centro Sérgio Buarque de Holanda, da FPA, o Memorial da Democracia e o Instituto Lula. Os textos remetem a um calendário de eventos e personalidades da esquerda que é colaborativo e está em constante atualização.

Envie suas sugestões por e-mail para memoria@fpabramo.org.br memorialdademocracia.com.br

Outras datas históricas

15/04/1906: Primeiro Congresso Operário Brasileiro (COB).

16/04/1968: Primeira greve com ampla adesão contra a ditadura militar em Contagem (MG): 1.200 pessoas pararam as atividades em protesto contra o arrocho salarial.

17/04/1997: Realizada a Marcha Nacional por Reforma Agrária, Emprego e Justiça, organizada pelo MST, um ano após o massacre dos Carajás. Reuniu 100 mil pessoas em Brasília.



17 de abril de 1996

VERGONHA: PM MATA 19 EM MASSACRE NO PARÁ

Uma notícia abalou o Brasil e o mundo: a Polícia Militar assassina 19 trabalhadores sem-terra em 17 de abril de 1996. O Massacre de Eldorado dos Carajás, como ficou conhecido o episódio, aconteceu na rodovia estadual PA-150, onde 1.500 pessoas estavam acampadas depois de uma marcha de sete dias rumo a Belém (PA).

Havia três meses que os agricultores ocupavam a Fazenda Macaxeira, em Curionópolis (PA), sob a liderança do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Eles pretendiam chegar à capital paraense para cobrar a desapropriação de terra do governo estadual. No acampamento à beira da rodovia, esperavam obter alimentos e transporte para vencerem os 600 quilômetros restantes da jornada.

Numa operação militar com o pretexto de “desobstruir a rodovia”, quase 300 policiais armados com escopetas, metralhadoras, fuzis e revólveres investiram con-

tra os acampados, que resistiram usando paus e pedras. Após duas horas de enfrentamento, 19 sem-terra foram mortos e mais de 50 ficaram feridos. Nenhum policial morreu.

Em 2012, o coronel Mário Colares Pantoja, comandante da operação, e o major José Maria Pereira de Oliveira foram condenados pela chacina: o primeiro a 228 anos e o segundo a 158 anos de reclusão.

A maioria dos réus foi absolvida por insuficiência de provas. O Ministério Público teve dificuldade na individualização das condutas. Durante a operação de desobstrução da rodovia, soldados da PM retiraram a identificação dos uniformes. Além disso, o local do crime estava inidôneo para perícia, devido aos corpos terem sido retirados do local, os policiais não assinaram as cautelas das armas, e ainda utilizaram armas particulares para executar as vítimas. O caso chocou o mundo.

17 de abril de 2016

CÂMARA ABRE O PROCESSO DE IMPEACHMENT CONTRA DILMA

Um dos dias mais tristes da história do Congresso Nacional. A noite de 17 de abril de 2017 entrou para a história como um dia da infância. Naquele domingo, a Câmara dos Deputados aprova por 367 votos a abertura do processo de impeachment contra a presidenta Dilma Rousseff, com base em uma fraude processual. Nunca houve provas de que ela cometeu crime de responsabilidade.

O processo de impeachment culminaria, em agosto daquele ano, com um Golpe de Estado que a derrubaria da Presidência da República. A votação na Câmara foi um espetáculo vergonhoso oferecido por parlamentares que se revezavam no microfone do plenário, justificando votos em favor do afastamento da presidenta com sorrisos tortuosos, justificativas implausíveis e arrotando um baixo nível poucas vezes tão explícito.

Foi uma noite de aberrações do chamado “baixo clero”, os deputados pouco conhecidos que gritavam: “Pela minha família, sim! (ao impeachment)”. Ou: “Pela paz em Jerusalém: sim”. Até o pavoroso voto de Jair Bolsonaro: “Pela memória do coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra, o pavor de Dilma Rousseff...”, saudou o então deputado, citando o nome do torturador de Dilma.



QUEM ERA O CABO ANSELMO?

Série documental na HBO, “Em busca de Anselmo” reconstitui, em ritmo de reportagem, a vida do agente duplo do período mais repressivo da ditadura

Bia Abramo

O primeiro capítulo de “Em Busca de Anselmo”, que estreou na terça-feira, 12, no serviço da HBO, começa com um conjunto impressionante de depoimentos sobre José Anselmo dos Santos (1942-2022). A série documental com cinco episódios de uma hora tenta contar quem era o Cabo Anselmo, agente duplo da repressão, responsável pela revolta dos marinheiros que antecedeu o Golpe de 1964 e, depois, por um dos episódios mais sanguinários da Ditadura Militar, que ficou conhecido como o “massacre da Granja São Bento”.

Pronto desde 2018, o documentário dirigido e roteirizado pelo jornalista Carlos Alberto Jr. teve seu lançamento definido a partir da morte de Anselmo, em 15 de março. A série foi produzida por Camilo Cavalcanti. O ex-militar concedeu várias horas de entrevista à equipe de filmagem. Carlos Alberto Jr parte de um mote, quase sem resposta até hoje: como o ex-mari-

nheiro entusiasmado e idealista se transformou nessa espécie de espião para as forças repressivas, inclusive protagonizando cenas de puro horror?

Nem os companheiros da associação dos marinheiros, da qual Anselmo, um sujeito falante e bem apessoado, era, segundo um dos entrevistados, menos do que um líder e mais uma espécie de porta-voz, de relações públicas, conseguem remontar a persona de José Anselmo. Nascido em Sergipe, como filho bastardo de um casal religioso e de classe média, ele teve infância protegida e privilegiada, podendo estudar e, depois, seguindo para a carreira militar na Marinha.

Já no Rio de Janeiro, o jovem começou a participar da Associação dos Marinheiros e Fuzileiros Navais do Brasil em 1962. Depois, portanto, da renúncia desastrosa de Jânio Quadros à Presidência da República, em agosto de 1961, e durante o conturbado período em que João Goulart foi presidente do Brasil. Em meio à luta política por apoio às chamadas Reformas de Base, uma série de medidas de cunho

social e trabalhista que incluía reforma agrária, Jango era combatido ferozmente por um Congresso de maioria conservadora e pelos militares de alta patente, já urdindo o golpe.

Nesse quadro, a revolta dos marinheiros e fuzileiros navais em 13 março de 1964, que teve liderança decisiva de Anselmo – abaixo, à direita, em foto da época –, foi mais do que um pretexto para que as tropas do Exército tomassem as ruas da antiga capital do Brasil. Considerado um dos estopins do golpe que se daria em 31 de março e 1º de abril, a movimentação dos marinheiros e soldados assustou aqueles que temiam que, com as reformas, o Brasil se tornasse um país “comunista”.

Com reconstituição minuciosa, a série documental não cai na esparrela que tem sido habitual de documentários recentes, como aquele exibido pela Globoplay sobre a morte do ex-prefeito de Santo André Celso Daniel. O documentário não trata de “ficcionalizar” cenas com fins de didatismo e de entretenimento.

Carlos Alberto Jr. conduziu dezenas de entrevistas com militantes, historiadores e jornalistas em ritmo jornalístico. E, com isso, consegue amarrar as controvérsias e interpretações com pulso firme. O mais impressionante, no entanto, são as entrevistas de Anselmo, um homem quase octagenário no momento das filmagens e que, malandramente, reconta as suas histórias e das diversas identidades pela quais vai trocando a sua original de maneira tortuosa, vaidosa – e, em várias cenas, sinistra.

Ora levando a sério seu papel de homem que não tem mais nada a perder, vivendo sozinho no interior de São Paulo, ora voltando à condição de mentiroso profissional, como o velho agente infiltrado, Anselmo se mostra tão disposto a falar e sabe que ainda está criando camadas arqueológicas de enganos.

Em entrevista ao crítico Maurício Stycer, jornalista do UOL, o diretor da série afirma: “É uma grande reportagem, no fundo, com muitas histórias desencontradas. Chegou uma hora em que falamos: não vamos ficar desmentido ele o tempo todo porque vira uma confusão. Ele vai contar a história dele, a mentira dele”.

Depois do Golpe de 1964, Anselmo tentaria asilo na embaixada do México, ficaria preso até chegar a Cuba, voltando para o



REPORTAGEM O jornalista Carlos Alberto Jr. assina a direção e o roteiro da série documental em cinco capítulos, em exibição na HBO

Brasil apenas em 1970. Nesse período, começava a se organizar no Brasil o aparato repressivo que vai caçar, prender, torturar e matar as células que, mesmo depois de decretado o AI-5 em 13 de dezembro de 1968, tentou resistir à ditadura recorrendo à luta armada. Há divergências entre historiadores e estudiosos do período sobre o exato momento em que o ex-militar fez o acordo com as forças repressivas para entregar companheiros.

Há documentos que sugerem que já em 1964, ele seria um provocador e infiltrado no movimento dos marinheiros, tese sustentada pelo jornalista Flá-

vio Tavares. Mesmo sem provas documentais decisivas sobre o período anterior à prisão, o próprio relato de Anselmo sobre sua fuga da delegacia no Alto da Boa Vista, no Rio de Janeiro, é do tipo boa demais para ser verdade. O fato é que, entrada a década de 1970, Anselmo já é um auxiliar precioso da repressão.

No caso mais emblemático, que será objeto de um dos episódios da série, Anselmo conseguiu entregar para Sérgio Paranhos Fleury (1933-1979) seis militantes da VPR, inclusive sua então namorada, Soledad Barret Viedma, grávida de quatro meses (*foto abaixo, à esquerda*). Fleury, delegado responsável pelo DOPS de São Paulo, que conduziu inúmeras ações de prisão e tortura, e formou o infame Esquadrão da Morte, teria traído o traidor, prometendo que a pouparia.

Nunca saberemos, pois Fleury morreu – ou foi morto – antes de ser julgado. O que a série documental “Em Busca de Anselmo”, no entanto, promete é contar quem Anselmo ainda achava que era, poucos anos antes de morrer. Se não fosse pelo valor jornalístico que, a partir do primeiro episódio pode ser inferido, valeria só por esse registro do homem que, ainda que confrontado com a verdade, continua a gargalhar quando tem de responder à pergunta: “Você já matou alguém?” •

Fotos: Divulgação/ Tortura Nunca Mais/ Arquivo Nacional

COLABORAÇÃO

A série aborda um dos casos mais emblemáticos da colaboração de Anselmo (ao lado à direita): a delação que levou o DOPS à captura e morte de seis militantes da VPR no Recife, inclusive a namorada Soledad Viedma (à esquerda)





Reprodução

PT QUER DERRUBAR VETO

Bolsonaro minou a Lei Paulo Gustavo, de apoio à cultura, sob a falsa alegação de que proposta cria despesa sujeita ao teto de gastos. Líder Paulo Rocha (PA) diz que hora é de mobilizar para manter o repasse de R\$ 3,8 bilhões ao setor

O PT anunciou que está lutando em busca de apoio no Congresso Nacional para derrubar o veto integral do presidente Jair Bolsonaro ao projeto de lei Paulo Gustavo, que destina R\$ 3,86 bilhões em recursos federais a estados e municípios para o enfrentamento dos efeitos da pandemia sobre o setor da cultura, um dos mais atingidos

Apresentada pelo líder do PT, senador Paulo Rocha (PA), com o apoio de outros parlamentares, a proposta libera recursos do Fundo Nacional de Cultura (FNC) para fomento de

projetos culturais e homenageia o ator e humorista Paulo Gustavo, que morreu em maio do ano passado, vítima da covid-19. O texto foi encaminhado à sanção em março.

“Bolsonaro vetou o apoio de R\$ 3,8 bilhões ao setor cultural, mas nós vamos derrubar! A pressão começa agora”, escreveu anunciou Rocha. A senadora Zenaida Maia (Pros-RN) lamentou a decisão do governo. “Não surpreende o veto à Lei Paulo Gustavo porque este é um governo que odeia a cultura”, criticou.

“Vamos continuar mobilizados para derrubar o veto”, avisou o líder do PT. Ao vetar o projeto,

o Palácio do Planalto alegou que a proposta contrariava o interesse público já que criava uma despesa sujeita ao teto de gastos – regra que limita o crescimento da maior parte das despesas públicas à inflação.

“Os argumentos pífios para vetar a Lei Paulo Gustavo escondem, na verdade, exatamente o que é o caráter deste governo, que é antipovo, anticultura, contra todos os interesses do nosso país”, denunciou Rocha. Para a rejeição do veto é necessária a maioria absoluta dos votos de deputados e senadores – 257 votos na Câmara e 41 votos no Senado. •



**COMITÊ
POPULAR
DE LUTA**



Saiba como criar um comitê
pt.org.br

em busca de Anselmo

produzido por
Camilo Cavalcanti

roteiro e direção
Carlos Alberto Jr.

produção executiva
Camilo Cavalcanti e
Viviane Mendonça

direção de fotografia
Pedro Semanovschi

música original
Lucas Mercier
Fabiano Krieger
Pedro Mibielli

coprodução
WarnerMedia Latina America
Clariô Filmes

**Conheça a
jornada de
José Anselmo
dos Santos.
Protagonista
de um dos
capítulos mais
significativos
da luta contra a
ditadura militar.**

minisérie em cinco capítulos

